



**Judite de Nazaré
Branco Gonçalves**

**Indicadores de desempenho e a *accountability* nas
instituições de ensino superior: uma perspetiva
socioeconómica**



**Judite de Nazaré
Branco Gonçalves**

**Indicadores de desempenho e a *accountability* nas
instituições de ensino superior: uma perspetiva
socioeconómica**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade e Administração Pública, realizada sob a orientação científica da Doutora Augusta da Conceição Santos Ferreira, Professora adjunta e do Doutor Carlos Alberto Lourenço dos Santos, Professor coordenador, ambos professores do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro.

Dedico esta dissertação a todos os que tornaram este meu objetivo possível. Cada elemento que esteve presente neste meu caminho sabe o quanto isto é importante para mim, por isso e muito mais, Muito Obrigada.

“Cada pessoa que passa em nossa vida, passa sozinha, é porque cada pessoa é única e nenhuma substitui a outra! Cada pessoa que passa em nossa vida passa sozinha e não nos deixa só porque deixa um pouco de si e leva um pouquinho de nós. Essa é a mais bela responsabilidade da vida e a prova de que as pessoas não se encontram por acaso.” Charles Chaplin

o júri

Presidente

Prof. Doutor Sérgio Nuno da Silva Ravara Almeida Cruz
Professor Adjunto do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro, Universidade de Aveiro

Vogal – Arguente Principal

Prof. Doutora Catarina Judite Morais Delgado
Professora Auxiliar da Faculdade de Economia da Universidade do Porto

Vogal – Orientador

Prof. Doutora Augusta da Conceição Santos Ferreira
Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro, Universidade de Aveiro

agradecimentos

Agradeço...

... à minha orientadora professora doutora Augusta Ferreira pelas palavras de incentivo, pelas críticas construtivas, pela disponibilidade, pela compreensão, paciência, por nos momentos menos bons nunca ter deixado de acreditar em mim e por nunca deixar que certas palavras fizessem parte do meu vocabulário (e por tudo o que me esqueci de referir);

... ao meu coorientador professor doutor Carlos Santos pela paciência, por todo o apoio demonstrado, pelas críticas construtivas e pelo incentivo permanente;

... ao meu pai, apesar de não estar presente, foi sempre um grande exemplo de vida;

... à minha mãe, por nunca me cobrar nada;

... aos meus irmãos e irmãs, pela compreensão e paciência demonstrada ao longo de todos estes anos que independentemente de onde se encontrem sei que estarão sempre orgulhosos de mim;

... às minhas afilhadas, sobrinhos(as), cunhados(as);

... aos meus amigos, Abílio Pereira, Chantal Teixeira, Daniel Alves, Elsa Machado, José Maranhão, Matilde Fonseca, Olinda Pereira (aos que apesar de não constarem da lista porque era extensa sabem a importância que têm para mim) por toda a paciência, por todo o apoio e por todo o estímulo, não há palavras para descrever o quanto lhes estou grata.

MUITO OBRIGADA a todos os que permitiram que este objetivo fosse cumprido.

palavras-chave

Accountability, indicadores de desempenho, universidades públicas portuguesas

resumo

O presente trabalho de investigação tem como objetivo fazer um breve enquadramento das reformas da administração pública e assim pudermos aferir quais os impactos que estas tiveram a nível do ensino superior em Portugal. A Nova Gestão Pública e a Nova Governação são assim dois modelos adotados ao longo desse período de reestruturações do setor público. O primeiro modelo teve como principal objetivo a aplicação de mecanismos de gestão privada no setor público. O segundo modelo uma vez que, o Estado vai perdendo centralidade, é assim necessário existir uma maior troca de recursos e distribuição de objetivos, sobressaindo ainda, a intervenção da própria sociedade.

No seguimento destas reformas o ensino não foi exceção, vendo-se assim as instituições de ensino superior coagidas a uma maior transparência ao nível de *accountability* e dos indicadores de desempenho, visando a obtenção de maiores verbas quer a título de financiamento proveniente do orçamento de Estado, quer a título de outras fontes de financiamento. Neste sentido fomentou-se uma maior comparabilidade e competitividade entre as universidades públicas portuguesas.

Este estudo baseou-se na análise de conteúdos efetuada aos relatórios das 13 universidades públicas portuguesas e à averiguação dos fatores que poderão influenciar a divulgação de indicadores de desempenho no respetivo documento.

De acordo com os dados obtidos concluímos que as universidades públicas portuguesas ainda têm um longo caminho por percorrer no que respeita à disponibilização da informação financeira. Os resultados mostram que a dimensão, o *ranking web of universities* e o financiamento obtido através de outras fontes de financiamento influenciam o nível de divulgação de indicadores de desempenho.

keywords

Accountability, performance indicators, Portuguese public universities.

abstract

The current investigation work objective is to analyze the recent public administration reforms, as well as to assess the impact of those in University Education in Portugal. The New Public Management and New Governance are two of the models adopted during this period of public sector restructurings. The first model has as main goal the application of private management principles in the public sector. The second model, once the State is losing centrality, is being forced to change resources and distribute objectives and for this the direct intervention of the society is crucial.

In the wake of these reforms the education was not an exception, being the University Education forced to a higher level of transparency at accountability and performance indicators, in order to gather higher amounts of investment from the State and also from other funding sources. To achieve these goals a higher level of comparability and competitiveness was stimulated among Portuguese public universities.

This study was based in content analysis methodology done to 13 reports of Portuguese public universities and also in the study of a group of factors that could affect the performance indicators presented in this document.

According with the results it is possible to conclude that the Portuguese public universities still have a long path to run in what concerns to provide financial information. The results demonstrate that the dimension, the web of universities *ranking* and the funding achieved from other sources affect the performance indicators divulgation.

ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO	1
2	REVISÃO DA LITERATURA	5
2.1	<i>A Nova Gestão Pública</i>	5
2.2	<i>O ensino superior</i>	9
2.3	<i>Modelos de ensino</i>	10
2.4	<i>Avaliação do desempenho</i>	11
2.5	<i>Indicadores de Desempenho e Accountability nas IES</i>	13
2.5.1	Conceito e Importância dos Indicadores de Desempenho	13
2.5.2	Conceito e importância da <i>accountability</i>	17
2.6	<i>Estudos empíricos</i>	19
3	FORMULAÇÃO DO PROBLEMA E METODOLOGIA	31
3.1	<i>Especificação do problema e objetivos</i>	31
3.2	<i>Questões de investigação</i>	32
3.3	<i>Hipóteses</i>	32
3.3.1	Dimensão	32
3.3.2	Financiamento	33
3.3.3	<i>Ranking</i>	34
3.3.4	Porcentagem de vagas preenchidas	35
3.4	<i>Amostra</i>	35
3.5	<i>Definição e cálculo das variáveis</i>	36
3.5.1	Índice de divulgação	36
3.5.2	Dimensão	38
3.5.3	Financiamento	38
3.5.4	<i>Ranking</i>	38
3.5.5	Número de vagas preenchidas	39
3.6	<i>Descrição e recolha dos dados</i>	39
3.7	<i>Modelo de regressão múltipla</i>	40
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS	43
4.1	<i>Apresentação e interpretação dos resultados</i>	43
4.2	<i>Resultados da regressão múltipla</i>	50
5	CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E TRABALHO FUTURO	53
5.1	<i>Conclusões</i>	53
5.2	<i>Limitações</i>	54
5.3	<i>Desenvolvimentos futuros</i>	54
	BIBLIOGRAFIA	57
	ANEXO 1	61
	ANEXO 2	73

ÍNDICE DE FIGURAS

Gráfico 1 – Índice de divulgação de indicadores de desempenho para o ano 2010	43
Gráfico 2 – Índice de divulgação de indicadores de desempenho para o ano 2011	44
Gráfico 3 – Índice de divulgação de indicadores de desempenho para o ano 2012	44
Gráfico 4 – Índice de divulgação de indicadores de desempenho para o ano 2013	45
Gráfico 5 – Índice de divulgação de indicadores de desempenho para os anos 2010, 2011, 2012 e 2013	45
Gráfico 6 – Dimensão das UPP para os anos 2010, 2011, 2012 e 2013	48
Gráfico 7 – Financiamento por parte do OE Per/capita	49
Gráfico 8 – Financiamento de outras fontes de financiamento Per/capita	49

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Indicadores (tabela adaptada de Tavenas, 2003)	25
Tabela 2 – Resumo da análise aos sites das Universidades Públicas Portuguesas	35
Tabela 3 – Indicadores de desempenho	37
Tabela 4 – Divulgação de indicadores de desempenho obrigatórios e voluntários	46
Tabela 5 – Divulgação de indicadores voluntários	47
Tabela 6 – Resultados do modelo de regressão múltipla	51

1

INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas o setor público em geral sofreu várias reformas, fruto de um novo paradigma de gestão que se tem vindo a designar de nova gestão pública (NGP). As premissas associadas a este paradigma conduzem à reestruturação e aproximação dos modelos de gestão pública aos modelos de gestão seguidos pelo setor privado. Este paradigma visou a aplicação de instrumentos de gestão privada, como por exemplo, gestão por resultados, introdução de medidas de desempenho, privatização de serviços públicos, entre outros, nos organismos do setor público, na expectativa da melhoria do serviço prestado ao cidadão, a um menor custo. A nova governação (NG) é a combinação do melhor que existe na administração pública e na NGP, baseando-se no inter-relacionamento do Estado, do setor privado e da sociedade.

As mudanças verificadas através destes novos paradigmas de gestão pública, a maior exigência pela transparência de gestão e a conjuntura económica levaram a que as relações existentes entre o Estado e as instituições públicas se alterassem, estando entre essas instituições as instituições de ensino superior (IES). Neste sentido têm vindo a ser colocadas às IES, designadamente, maiores exigências no que se refere à gestão dos recursos públicos, maiores níveis de responsabilização e maiores níveis de transparência acerca do modo como aplicam os recursos e qual o retorno conseguido da utilização desses recursos (*accountability*).

No contexto de globalização e internacionalização do ensino superior é necessário maior rigor, transparência, eficácia e eficiência no modo em como a informação é elaborada e disponibilizada pelas universidades, uma vez que, lhes permitirá maior facilidade na obtenção de outras receitas que não sejam as verbas provenientes do orçamento de Estado. As universidades são dotadas de autonomia administrativa e financeira. Esta polivalência permite-lhes que obtenham receitas próprias. Contudo e dado ser do interesse da sociedade o desenvolvimento intelectual, não será de todo exequível que o Estado descure o apoio ao ensino superior.

Na conjuntura atual em que nos deparamos, nomeadamente com fortes restrições financeiras e redução da taxa de natalidade, é fulcral que as IES tenham a capacidade de gerir de forma eficiente os recursos colocados à sua disposição, de informar de forma transparente os resultados dessa gestão e de aumentar a sua capacidade de atrair novos estudantes. A aplicabilidade e a manutenção

de um quadro de indicadores de desempenho é considerado uma ferramenta indispensável para que as IES e as diferentes partes interessadas avaliem o bom prosseguimento dos objetivos referidos. Nesse sentido, o legislador português, através da Lei n.º 37/2003 de 22 de agosto estabelece um conjunto de indicadores de cálculo e divulgação obrigatória.

Face ao descrito, o presente trabalho de investigação tem como objetivos principais avaliar o nível de divulgação de indicadores de desempenho por parte das universidades públicas portuguesas (UPP), com especial ênfase para os de divulgação obrigatória e avaliar se existem fatores que condicionem o referido nível de divulgação. Este estudo contribui, a nível teórico, para o conhecimento das razões que poderão levar a que o órgão responsável pela gestão das IES tenha maior ou menor propensão para divulgar, de forma transparente, os resultados da sua gestão e a nível prático, poderá contribuir para avaliar se os indicadores exigidos são adequados ao fim a que se destinam, ou seja, se permitem avaliar o cumprimento dos objetivos predeterminados pelas IES face aos recursos disponíveis.

Face aos objetivos descritos colocamos o problema - **Quais os fatores que influenciam a divulgação dos indicadores de desempenho pelas UPP no relatório de gestão?** e as seguintes questões de investigação:

1. as UPP divulgam os indicadores de desempenho impostos por lei?
2. as UPP divulgam informação sobre o desempenho para além do que é obrigatório (divulgação voluntária)?
3. existindo diferentes níveis de divulgação, quais os fatores que poderão influenciar esse nível de divulgação das UPP?

Os fatores testados são: a dimensão, o financiamento proveniente do orçamento de Estado, o financiamento proveniente de outras fontes de financiamento, o *ranking web of universities*, o *ranking times higher education* e o número de vagas preenchidas, utilizando o método de regressão por mínimos quadrados.

Os resultados indicam que as UPP divulgam indicadores de desempenho impostos por lei e de cariz voluntário, tendo sido verificado que o nível de divulgação dos mesmos é influenciado pelas variáveis dimensão, financiamento proveniente de outras fontes de financiamento e o *ranking web of universities*.

O presente trabalho de investigação está estruturado para além desta Introdução (capítulo 1) em quatro capítulos.

No capítulo 2, apresentamos a revisão da literatura, começando por abordar a NGP e na sequência das reformas da administração pública o modelo que lhe seguiu, ou seja, a NG. Uma vez que a nossa área de estudo são as UPP procuramos fazer um enquadramento do ensino superior em Portugal e uma breve síntese dos seus propósitos, modelos e métodos de avaliação. Sendo os indicadores de desempenho e *accountability* o alicerce do presente estudo, parte do capítulo 2 debruça-se sobre os mesmos, tanto a nível de conceitos como a nível da importância que estes temas têm nas IES.

No capítulo 3 formulamos o problema, colocámos as questões de investigação, definimos as hipóteses de investigação a testar, enunciámos e caracterizámos as variáveis bem como apresentamos a metodologia adotada quer ao nível da recolha de dados, quer ao nível do tratamento dos mesmos.

No capítulo 4 apresentamos e analisamos os resultados obtidos.

Por último, no capítulo 5, apresentamos as principais conclusões, as limitações do estudo e propomos alguns desenvolvimentos futuros que entendemos possíveis a partir deste trabalho.

2

REVISÃO DA LITERATURA

2.1 A Nova Gestão Pública

A Nova Gestão Pública (NGP) é considerada uma estratégia de modernização com o objetivo de tornar as organizações públicas mais eficientes, proporcionando maior exigência a nível de concorrência e de mercado, através da flexibilização da administração pública e do aumento da *accountability*¹ (Armstrong, 1998; Dunleavy, Margetts, Bastow, & Tinkler, 2005; Sano & Abrucio, 2008).

A NGP constitui, segundo Finger & Ruchat (1997), um paradigma de gestão que se considera adequado ao aumento da eficácia, da eficiência, da flexibilidade e da inovação do Estado com a finalidade de preservar o serviço público. Nesse sentido, considera-se que a NGP:

- é um meio de otimização das organizações públicas; não interferindo nos objetivos dos serviços públicos;
- visa transformar a organização burocrática numa organização empresarial, opondo-se assim à tradicional gestão administrativa e optando pela introdução de ferramentas de gestão privada;
- é apropriada às organizações que prosseguem fins públicos, pois visa que parte dos custos destes serviços sejam financiados diretamente pelas verbas auferidas através dos seus clientes.

A NGP propende para que não haja necessidade de recurso à privatização. O problema que se prende com este objetivo é o facto das organizações privatizadas prosseguirem essencialmente o lucro, em detrimento dos objetivos não lucrativos idênticos aos prosseguidos pelos serviços públicos. Pode ainda colocar-se a possibilidade de uma organização, quando privatizada, poder cair em mãos de especuladores.

¹ A *accountability* é um termo de origem inglesa e sem tradução direta para o português. A *International Federation of Accountants* – IFAC (2000:37) define *accountability* como “o processo pelo qual as entidades do Setor Público, dirigentes e gestores que lhes pertencem são responsáveis pelas suas decisões e ações, incluindo a gestão dos fundos públicos e todos os aspetos de desempenho e a submissão a julgamento externo apropriado. (...) Com efeito é a obrigação de responder por uma responsabilidade conferida”.

No âmbito da NGP encontramos vários exemplos de reformas levadas a cabo, nos mais diversos setores da administração pública, um pouco por todo o mundo. Um exemplo das reformas de gestão financeira efetuadas na última década no ensino superior é o sistema australiano. Segundo Guthrie & Neumann (2007) os elementos fundamentais dessas reformas são: (1) uma abordagem completa da competência para o planeamento, orçamento, decisões de afetação de recursos e elaboração de relatórios; (2) prestação de serviços orçamentados, tendo em atenção os *outputs/outcomes* dos departamentos e (3) mudança na gestão de incentivos subjacentes aos recursos totais disponíveis para cada um dos departamentos. No caso do exemplo do ensino superior australiano procurou-se encontrar padrões de desempenho neste setor recorrendo a vários mecanismos, incluindo melhores métodos e indicadores de desempenho.

Segundo Hood (1991), o recurso a indicadores de desempenho, está na base do movimento da NGP, visando promover a melhoria dos índices de economia, de eficiência e de eficácia da administração pública, pressupondo a redução da máquina administrativa e a responsabilização dos gestores públicos (Peci, Pieranti, & Rodrigues, 2008).

A forma de organizar o Estado e de gerir a economia nacional tem sofrido diversas mudanças ao longo dos anos. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) adota a NGP e incentiva os seus países membros a adotarem os princípios definidos por Hood (1991), sendo estes:

- a privatização dos serviços;
- a adoção de métodos de gestão empresarial;
- a desburocratização e a descentralização.

A privatização dos serviços públicos, sendo bem implementada, poderá conduzir a uma menor intervenção por parte do Estado e por conseguinte uma redução na sua despesa. A adoção de métodos de gestão empresarial poderá traduzir-se em vantagem competitiva face aos métodos tradicionalmente utilizados pela gestão pública. A desburocratização e a descentralização têm por base um modelo que enfatiza os resultados, o serviço, a participação e os sistemas abertos. Com a adoção destas abordagens e o recurso às novas tecnologias da informação e comunicação (TIC) espera-se atingir melhores resultados (Hood, 1991; Jones & Kettl, 2006; Rhodes, 1996).

A partir da década de 70, do século passado, as reformas no setor público administrativo (SPA) foram transversais a vários países podendo ser caracterizadas através de sete doutrinas administrativas:

- gestão profissionalizada das entidades públicas;
- modelos de desempenho e medidas de avaliação;

- controlo de resultados;
- desfragmentação das unidades do setor público;
- introdução do conceito de competitividade no setor público;
- utilização de instrumentos de gestão privada;
- ênfase na disciplina e moderação na utilização dos recursos. Hood (1991)

Na expectativa de responder melhor às necessidades dos cidadãos, aumentar a flexibilidade, e a *accountability* da administração pública, têm surgido novos modelos de gestão pública designadamente a NGP. Este paradigma de administração e gestão pública, sustentando-se na introdução de mecanismos de contratualização de ferramentas de gestão privada, tem como objetivo o aumento da eficiência e flexibilização da gestão e a promoção da competição entre fornecedores de bens e serviços públicos. Assim, é esperada uma reformulação geral da natureza e da disciplina na estrutura da administração pública, quer em termos teóricos quer em termos práticos (Osborne, 2006; Peci et al. 2008; Rodrigues & Araújo, 2005; Sano & Abrucio, 2008). No entanto, na busca incessante de melhorar a economia e responder cada vez mais e melhor às necessidades dos cidadãos surgiu, mais recentemente, um novo modelo de gestão pública a Nova Governação (NG).

Peci et al. (2008: 52) referem que “a governança, enquanto um novo modelo de gestão pública, requer a conceção de estruturas e processos próprios, que se diferenciam, se é que isto é possível, de conceções tradicionais da gestão pública”

Segundo Rhodes (1996) o termo NG pode ter várias vertentes tais como: (1) estado mínimo; (2) governação corporativa; (3) NGP; (4) boa governação; (5) sistemas sócio-cibernéticos e (6) redes auto-organizadas. O estado mínimo, no sentido de uma menor intervenção do Estado, recorrendo à privatização de determinados serviços públicos. A governação corporativa consiste num conjunto de processos e orientações facilitadores da forma como dirigir, supervisionar e controlar os processos de gestão com intuito de satisfazer as expectativas legítimas do processo de *accountability*. A NGP refere-se à introdução de estruturas de incentivos tais como a adaptação de políticas de mercado à prestação de serviços públicos e a introdução de métodos de gestão do setor privado ao setor público. Na boa governação admite-se subjacente um serviço público eficiente, um sistema judicial independente com enquadramento legal capaz de fazer cumprir os contratos, uma administração responsável pelos fundos públicos, um auditor público independente, responsável por representar o parlamento, o respeito pela lei e pelos direitos humanos a todos os níveis de governação, uma estrutura institucional pluralista e a liberdade de expressão. Os sistemas sócio-cibernéticos, no sentido da interdependência entre atores sociais, políticos e administrativos, com

resultado de formas sociopolíticas interativas de governo. O autor adota a última vertente como definição para a NG, recorrendo a quatro características para descrever redes auto-organizadas: (1) interdependência entre organizações, em que o Estado perde centralidade; (2) interações contínuas entre os membros da rede, motivadas pela necessidade de trocar recursos e negociar objetivos partilhados; (3) interações assentes na confiança mútua e em regras de jogo reguladas pelos membros da rede e (4) um considerável grau de autonomia face ao Estado, já que este apenas guia o funcionamento da rede de forma indireta e imperfeita.

Assim, percebe-se que a NG assenta nas relações entre o Estado, o setor privado e a sociedade assumindo a cultura de um país enquanto a NGP não demonstra esta ligação contextual e ideológica, considerando-se uma contrapartida à conceção tradicional da administração pública e tendo como principais focos os limites de ação do governo e as relações estabelecidas entre o governo e o setor privado (Peci *et al.*, 2008; Peters & Pierre, 1998).

A necessidade de mudanças na economia, na política, na sociedade e na inovação técnica da administração pública, orientadas por determinados pressupostos tais como gestão, responsabilidade, transparência e legalidade, podem estar na base do desenvolvimento da NG (Kissler & Heidemann, 2006; Rhodes, 1996; Trubek & Trubek, 2007).

A introdução de novas formas de governação, unindo o melhor do antigo e do novo, num processo integrado, pode ser parte de um projeto consciente para que as administrações públicas se tornem mais empresariais, menos onerosas e mais eficientes (Kissler & Heidemann, 2006). Os autores Trubek & Trubek (2007) reforçam essa complementaridade referindo que, experiências sólidas que ilustram a possibilidade de que ferramentas jurídicas tradicionais e instrumentos relativamente novos (que trazem inovações tais como a participação das partes interessadas na busca de soluções, regras flexíveis e padrões renováveis, uso de indicadores quantitativos, entre outros) sejam integrados em um único sistema.

A necessidade de enveredarmos pela NGP decorreu das restrições orçamentais que se fizeram sentir e da limitação e afetação adequada dos recursos. No entanto, a NG veio complementar esse paradigma, através da combinação do melhor que existe na administração pública e na NGP, reconhecendo a legitimidade e inter-relacionamento quer na elaboração das políticas quer na distribuição de processos de implementação/serviço, elaboradas de forma eficaz, transparente e compartilhada pelos mecanismos de regulação Estado, empresa e sociedade civil (Kissler & Heidemann, 2006; Osborne, 2006; Peci *et al.*, 2008).

Bingham, Nabatchi, & O’Leary (2005: 555) considera que “os cidadãos podem e devem desempenhar um papel importante nas políticas públicas e na tomada de decisão”

2.2 O ensino superior

A reforma do setor público em Portugal teve início na década de 90, do século passado, com a publicação da Lei de Bases da Contabilidade Pública (LBCP)² e do Regime de Administração Financeira do Estado (RAFE)³. Segundo Pollitt & Bouckaert (2004) os mecanismos de produção da informação contabilística tem grande relevância no processo de reforma do setor público.

A introdução de mecanismos que aproximassem a gestão pública da gestão privada só foi possível através da reformulação do sistema de normalização e harmonização contabilística. Neste âmbito surgiu o Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP)⁴ e os planos setoriais. O sistema de informação contabilística passou de carácter meramente orçamental, direcionado para a prestação de contas e controlo de legalidade, para financeiro e controlo de custos sendo direcionado para a tomada de decisão dos gestores públicos.

O Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Setor da Educação (POCE)⁵ surgiu três anos após a aprovação do POCP, que veio tornar obrigatória a introdução do sistema de contabilidade analítica. A implementação deste modelo contabilístico tem por objetivo permitir a obtenção de informação indispensável à elaboração de vários indicadores a nível de eficiência, eficácia e economia.

É importante que na gestão das instituições de ensino superior (IES) se considerem as funções e as características que estão na base da prossecução dos objetivos para as quais foram criadas. O *Council of Ministers of Education* (1999) destaca cinco funções do ensino superior, tais como: (1) preservação, disseminação e evolução do conhecimento; (2) contribuição para aplicação e compreensão do conhecimento para o benefício da economia e da sociedade; (3) desenvolvimento de competências nos indivíduos; (4) contribuição para uma sociedade civil democrática e por fim, (5) promoção de uma economia sustentável baseada no conhecimento, atendendo às necessidades locais, regionais e nacionais.

² Lei n.º 8/90 de 20 de fevereiro

³ Decreto-Lei 155/92 de 28 de julho

⁴ Decreto-Lei n.º 232/97 de 3 de Setembro

⁵ Portaria n.º 794/2000, de 20 de Setembro

O ensino superior segundo Hüfner (2003) assenta em três grandes funções: (1) o ensino, (2) a pesquisa e o (3) serviço à sociedade. O ensino contribui para a formação de pessoal altamente qualificado capaz de responder às exigências do mercado e a pesquisa no sentido de permitir adquirir novos conhecimentos traduzindo-se assim numa melhoria dos serviços prestados à sociedade e na obtenção de melhores resultados.

É importante referir que as universidades têm vários propósitos como a aquisição, desenvolvimento e transmissão de conhecimento. Contudo, são também essenciais para o desenvolvimento e a transmissão de tecnologia e inovação, criando assim conhecimento no sentido de responder às necessidades do ambiente socioeconómico. No momento atual precisam considerar novas opções com vista a obter melhores resultados a um custo menor e a aumentar as taxas de cumprimento através de novas medidas que se adequem às inovações emergentes (Katharaki & Katharakis, 2010). Guthrie & Neumann (2007) refere que o perfil de uma universidade tem por base: a declaração de missão, o plano estratégico, os processos de garantia da qualidade institucional, o ensino e a pesquisa de informação.

Os Estados procuram aumentar as taxas de sucesso escolar apesar de se verificar uma redução das verbas disponibilizadas ao ensino. As IES, identificadas como vendedoras, para continuarem a garantir um serviço de qualidade, deverão efetuar uma gestão eficiente dos recursos. Estas entidades, tendo como público-alvo os alunos, identificados como compradores, têm de se adaptar às necessidades do mercado onde se encontram inseridas de forma a conseguirem “vender o seu produto” e conseguirem responder às necessidades públicas e privadas (Hüfner, 2003). Conforme definido na teoria económica, o ensino superior é um mercado que permite a construção intelectual (Hüfner, 2003).

Sendo a avaliação do desempenho uma das necessidades essenciais das universidades é imprescindível o reconhecimento de fatores-chave e indicadores de desempenho. Estes permitem o progresso e a mudança permanente na valorização e melhoria da qualidade, bem como na utilização económica e eficiente dos recursos, visando a transparência na gestão dessas entidades (Azma, 2010; Guthrie & Neumann, 2007; Katharaki & Katharakis, 2010).

2.3 Modelos de ensino

O tipo de ensino praticado nas IES tem vindo a ser alvo de estudo, ao longo das últimas décadas, tendo emergido a aplicação de diversos modelos, com a finalidade de contribuírem para a motivação dos funcionários não docentes, dos docentes e dos alunos aumentando assim o seu

desempenho. Destes modelos podemos destacar o modelo anglo-americano, o modelo napoleónico, o modelo humboldtiano e o modelo de Bolonha. O modelo anglo-americano tem subjacentes características de descentralização pelo facto das universidades serem autónomas. O modelo napoleónico tem como finalidade satisfazer as necessidades do Estado na formação dos funcionários públicos e promover assim o desenvolvimento económico da sociedade. O modelo humboldtiano considera que o objetivo elementar do ensino superior é a pesquisa. Por último, o modelo de Bolonha visa o aumento da competitividade, uma melhor adaptação ao mercado de trabalho e o impulsionar da mobilidade (Hortale & Mora, 2004).

O modelo de Bolonha, adotado pelo sistema de ensino superior português, marcou um ponto de viragem em relação às políticas ligadas ao ensino superior dos países envolvidos. Em 1999 os Ministros da Educação da União Europeia assinaram a Declaração de Bolonha. Este documento propôs um vasto conjunto de objetivos, com o propósito de se adotarem e passarem a ser utilizados critérios comuns na reforma do ensino superior na Europa, permitindo assim, maior comparabilidade e competitividade entre instituições.

2.4 Avaliação do desempenho

O ideal era que todas as áreas, quer da esfera privada quer da esfera pública, mais concretamente do ensino superior se regessem por padrões de qualidade e avaliação de resultados (Herdlein, Kukemelk, & Türk, 2008; Mann, 2011).

A era da avaliação de desempenho unilateral, onde só contava o parecer da direção, foi substituída pela era do modelo de gestão por objetivos (GPO) apresentado em 1954 por Peter Drucker. Já em 1996, Robert Kaplan e David Norton propuseram o conceito de *Balanced Scorecard (BSC)* (Camara, Guerra, & Rodrigues, 1997; Kaplan & Norton, 1996).

O modelo da gestão por objetivos tem como finalidade, ao contratualizar o desempenho, conseguir alinhar, mobilizar e fazer agir. O primeiro aspeto é em termos de gestão. É essencial e para o assegurar é necessário estabelecer com os colaboradores uma estratégia, sendo para isso, necessário mobilizá-los para as respetivas funções delegadas com vista agirem no sentido da concretização dos objetivos definidos quer pela parte da organização quer pela parte dos colaboradores (Camara et al., 1997).

O BSC, por sua vez, veio responder às necessidades dos gestores, na formulação de objetivos, não somente tendo em vista os resultados mas também a melhoria de processos internos e as

competências dos seus colaboradores (Camara et al., 1997). O BSC contempla 4 perspetivas: a perspetiva financeira, a perspetiva dos clientes, a perspetiva dos processos internos e a perspetiva de inovação e aprendizagem. Este permitiu definir e colocar em prática estratégias mais assertivas no que concerne ao que as empresas devem ou não medir para se manterem em equilíbrio (Sahai, A., & Graupner, 2005).

O desempenho universitário poderá ser associado ao aumento da produtividade, ao aumento privado / contribuição do aluno, a uma maior reatividade do mercado e a uma maior consideração do impacto educacional. Estas orientações políticas originam diferentes formas de medição e relatórios de desempenho, tais como as utilizadas pelos países membros da OCDE (Guthrie & Neumann, 2007; Wall & Martin 2003). O desempenho pode ser medido segundo cinco dimensões: medição da economia, medição da eficiência, medição da eficácia, medição da qualidade do serviço e medição do desempenho financeiro (Wall & Martin, 2003).

O ensino superior assume, cada vez mais, um papel fundamental no desenvolvimento económico da sociedade sendo por isso necessário aferir a obtenção de *inputs* ou recursos de qualidade apropriados a um menor custo, não pondo em causa o valor/qualidade do recurso humano (Elliott, Levin, & Meisel, 1988; Wall & Martin, 2003).

A eficiência é a relação entre os *outputs* e os *inputs* no sentido de conseguir uma melhor utilização dos mesmos no processo de produção, já a eficácia é a relação entre os *outputs* ou resultados e a realização dos objetivos pré-definidos de uma organização (Connolly & Hyndman, 2004; Frokjaer, Hertzum, & Hornbaek, 2000; Wall & Martin, 2003).

A medição da qualidade do serviço é feita a partir dos requisitos de entrega e a natureza em que o *output* é ou não adequado para a finalidade pretendida (Wall & Martin, 2003). Buckley (2003) evidencia que esta medida tem 3 aspetos: o resultado, o foco e a satisfação do utilizador. Está assim subjacente a orientação do lucro, um grupo de consumidores homogéneos, as tarefas definidas e os resultados mensuráveis.

O desempenho financeiro é observável através da geração ou não de receita por parte de um departamento. No entanto, existem ainda outros dados que podem ser medidos, tais como a manutenção dos gastos dentro dos limites orçamentais ou o pagamento aos credores (Wall & Martin, 2003). Segundo Guthrie & Neumann (2007), esta dimensão constitui um aspeto importante na medição do cumprimento dos objetivos levados a cabo por uma universidade.

A medição permite comparações de desempenho institucional e pode ser utilizada pelo ensino superior para acompanhar o seu próprio desempenho, fazer adaptações internas de desenvolvimento para melhorar as suas avaliações de desempenho e demonstrar publicamente a *accountability* (Guthrie & Neumann, 2007). Segundo Guthrie & Neumann (2007) o ensino, as atividades de pesquisa de uma universidade e a qualidade do seu corpo docente representam desafios de alta complexidade para a formulação e medição de indicadores de desempenho.

Avaliação de desempenho permite rever estratégias e métodos e contribuir para a tomada de decisões, quer a nível monetário, quer no que concerne a proporcionar competências profissionais. Recorrendo à análise e à avaliação do desempenho individual ou em grupo, promove-se o crescimento pessoal e profissional do indivíduo. A implementação da avaliação de desempenho recorrendo à utilização de indicadores de desempenho poderá ser benéfico quer para as instituições de ensino superior quer para os estudantes (Mann, 2011; Popova & Sharpanskykh, 2010).

2.5 Indicadores de Desempenho e *Accountability* nas IES

2.5.1 Conceito e Importância dos Indicadores de Desempenho

Um indicador pode definir-se como um elemento instrumental básico que permite o desenvolvimento de sistemas de informação que, em conjunto com outros instrumentos, têm como objetivo melhorar, ordenar, controlar e valorizar a gestão das entidades (Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas, 2002).

Segundo Grateron (1999) devem ter-se em consideração as seguintes características para um indicador de desempenho:

- **relevância:** a informação deve ser imprescindível para controlar, informar, tomar decisões e estabelecer meios de correção;
- **pertinência:** o indicador deve ser adequado ao que se quer medir, permitindo a sua validade no tempo e espaço;
- **objetividade:** o cálculo das medições das variáveis tem de ser perceptível e fiável;
- **inequívoco:** não pode haver possibilidade de errar a interpretação, isto é, o conceito a ser expresso deve ser claro;
- **sensibilidade:** a unidade de medição do indicador deve ser eficaz, de modo a identificar e verificar a importância de pequenas variações;
- **precisão:** a margem de erro deve ser calculada e aceitável, ou seja, desprovida de indícios que possam distorcer a sua interpretação;

- **custo benefício:** o custo para obter o resultado da aplicação do indicador deve ser menor que o benefício da informação que fornece e, ao mesmo tempo, deve permitir identificar, calcular e interpretar as variações ocorridas em relação à qualidade, quantidade, tempo e custo.

Kaufman (1988) refere a existência de dois tipos de indicadores de desempenho: (1) indicadores orientados para os resultados, estes identificam o desempenho e os resultados mensuráveis, que contribuem para os resultados da organização e (2) indicadores orientados para a implementação, estes aferem a conformidade na aplicação de métodos, recursos e abordagens.

Os indicadores de desempenho, segundo Kaufman (1988) podem ser aplicados em cinco elementos de uma organização sendo eles os *inputs*, os *processes*, os *products*, os *outputs* e os *outcomes*. Os *outcomes* permitem uma visão externa da organização e os restantes permitem uma análise interna da organização. As componentes onde se podem aferir este cinco elementos são:

- ***inputs*:** recursos, quer humanos quer monetários; matérias-primas; políticas e características da sociedade;
- ***processes*:** uso de métodos, procedimentos, desenvolvimento dos recursos humanos, procura da excelência de ensino e aprendizagem;
- ***products*:** os cursos concluídos, competências adquiridas, que levam a uma saída, tais como diplomas;
- ***outputs*:** as colocações, os diplomas e os documentos publicados;
- ***outcomes*:** lucros, financiamento contínuo, taxas de emprego, expectativa de vida e competências sociais.

Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas (2002), classifica os indicadores para as entidades sem fins lucrativos segundo três prismas: (1) globais e de gestão; (2) financeiros e de transparência e (3) projetos, estrutura e responsabilidade social das empresas.

- **globais:** uma vez que a internacionalização do ensino superior permitiu a entrada de instituições estrangeiras e a livre circulação de bens, serviços e pessoas, como se pode verificar através da mobilidade dos alunos e dos docentes, é assim necessário um maior recurso à prestação de contas do desempenho das IES permitindo uma maior comparabilidade entre as instituições dos diferentes países (Huisman & Currie, 2004);
- **gestão:** estão subjacentes os conceitos de eficiência, eficácia e economia. Conceitos de eficiência que comparam *outputs* com os *inputs*, isto é, quanto custa atingir os objetivos institucionais; conceitos de eficácia que indicam se os objetivos institucionais definidos foram alcançados e conceitos de economia que relacionam o consumo interno de *inputs* no

presente e a sua correta afetação no futuro, pretendendo-se alcançar os objetivos institucionais a um menor custo (Connolly & Hyndman, 2004; Nedwek & Neal, 1994);

- **financeiros:** a mediação de desempenho dos sistemas de ensino superior pode ser verificada através da devida aplicação dos recursos financeiros utilizados pelas universidades (Vašiček, Lutilsky, & Dragija, 2014);
- **transparência:** cada vez mais é necessário maior transparência na aplicação dos recursos, tendo em conta a forte relação entre o Estado e as IES no que concerne ao financiamento, legislação e mecanismos de planeamento. Contudo, vem-se verificando a transferência de uma maior autonomia para as IES, bem como uma maior receptividade destas instituições ao mercado, estando assim subjacente a este novo paradigma uma maior necessidade de prestação de contas (Huisman & Currie, 2004);
- **projetos:** o seu objetivo é informar sobre a implementação de atividades que a entidade realiza, analisando o seu impacto e qualidade (Novo, 2013);
- **estrutura:** este mostra a composição dos ativos de uma organização e como é efetuada a distribuição por natureza das receitas e dos gastos (Novo, 2013);
- **responsabilidade social das empresas:** este indicador é a procura da excelência dentro de uma organização, atendendo essencialmente às qualidades e condições de trabalho do recurso humano (Novo, 2013).

Burke (1998) conclui que, para o financiamento, a escolha dos indicadores de desempenho, responde às reclamações externas sobre a produtividade e o desempenho das IES, tendo o Estado a preocupação de selecionar indicadores que abordem estas preocupações.

Burke (1998) classifica os indicadores de desempenho para o financiamento no ensino superior público em três modelos de excelência, sendo eles:

- modelo de recursos/reputação;
- modelo do investimento estratégico e do custo-benefício;
- modelo centrado no cliente.

Segundo o modelo de recursos/reputação, os recursos de uma instituição baseiam-se, por exemplo, no custo por aluno e nos pertences da biblioteca enquanto que a reputação se baseia nos índices de classificações e na própria reputação do corpo docente. O segundo modelo é caracterizado pelo interesse do Estado em ver o seu financiamento público de um ponto de vista custo-benefício. O último modelo é centrado principalmente no estudante e orientado para o cliente.

Burke (1998), relativamente aos indicadores de desempenho, verificou:

- a inexistência de uniformização em questões de seleção;
- uma orientação voltada para o ensino graduado excluindo por exemplo os estudos de pós-graduação e de investigação;
- que de entre os três modelos de excelência, implícitos nas escolhas dos indicadores de desempenho para o ensino superior, existe um declínio de interesse na aplicação do modelo recurso/reputação, uma atenção progressiva no do investimento estratégico e ainda o que mais se salienta é uma junção entre o conceito do investimento estratégico com o do centrado no cliente.

Este estudo conclui que os indicadores de desempenho devem ser escolhidos quer pelos responsáveis políticos quer pelos responsáveis das IES de modo a serem tidas em consideração as preocupações internas e externas das referidas IES (Burke, 1998).

As medidas de desempenho institucionais, segundo Lewis et al. (2007), podem ser quantitativas (*ratios*, percentagens, graus e outros) ou qualitativas, variando conforme o país, sistema ou instituição. Estas medidas não se centram somente no aluno mas também em questões estratégicas como, por exemplo, investigação, eficiência e eficácia administrativa e de gestão. Através delas podemos obter informação sobre os recursos (*inputs*), características da capacidade educacional (*process*) e *outputs* ou *outcomes* a vários níveis do ensino superior.

Os indicadores de desempenho conforme referenciado por Chalmers (2008), no *Australian Learning & Teaching Council*, são classificados em: (1) indicadores quantitativos (*inputs*, *Outputs*), estes baseiam-se em avaliações numéricas de desempenho, estando associadas à medição da quantidade ou valor e (2) indicadores qualitativos (*process e outcome*), estes não se regem por avaliações numéricas de desempenho, mas estão associados a descrições de observações.

De acordo com Proeller, Siegel, & Kroll (2010) a utilização da informação sobre o desempenho nem sempre é levada em consideração pelos gestores públicos, contudo, as organizações através da obtenção e utilização de informação relevante procuram melhorar o seu desempenho. O uso ou não dessa informação é muito variável podendo tal variabilidade dever-se a pressões externas que os gestores públicos enfrentam, à capacidade que as suas unidades de apoio possuem para ajudar a processar a informação e ao modo como os ciclos de gestão e controlo são encerrados até o relatório estar organizado (Proeller et al., 2010).

No atual contexto de restrições orçamentais, resultantes da crise económica, as instituições públicas em geral e as de ensino superior público em particular, sentem pressão para melhorar a qualidade, a eficiência e a eficácia dos serviços prestados com vista à otimização dos recursos e à melhoria

continua dos seus resultados. São igualmente pressionadas a prestar informação a diversos utilizadores sobre o seu nível de desempenho, sendo assim necessário que haja flexibilização e transparência da informação financeira e não financeira que se presta aos diversos interessados.

Nesse sentido, os indicadores de desempenho podem ser utilizados pelas entidades sem fins lucrativos de modo a:

- permitir um maior controlo e favorecer a transparência da informação;
- facilitar de uma forma esquemática e reduzida a compreensão da magnitude e do desenvolvimento das atividades;
- contribuir para a tomada de decisão (Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas, 2002).

Para Lewis *et al.* (2007) o uso mais importante das medidas de desempenho está dentro da própria instituição podendo as mesmas servir como um catalisador da melhoria contínua da qualidade, do cumprimento dos objetivos e da obtenção de maiores receitas e mais diversificadas. Uma vez que os recursos são limitados, a junção de medidas de desempenho institucionais, planeamento estratégico e um modelo adequado de afetação de recursos internos permitirá aos intervenientes tomar decisões mais eficazes.

Segundo Lewis *et al.* (2007), indicadores de desempenho institucionais, desenvolvidos e utilizados no contexto do planeamento estratégico institucional, servem de ligação entre tendências aparentemente conflitantes.

2.5.2 Conceito e importância da *accountability*

Accountability de acordo com Carvalho (2010) citado por Jacinto (2012, p.2) “estão subjacentes os conceitos de prestação de contas, de transparência e da responsabilização pela utilização dos recursos públicos, para que se possa medir a eficiência, a eficácia e a economia na utilização dos mesmos”.

Bovens (2010) refere que a *accountability* é definida pela classe política, como boa governação, transparência, equidade, democracia, eficiência, capacidade de resposta, responsabilidade e integridade. O mesmo autor refere ainda que o termo *accountability* pode ter um sentido diferente dependendo de cada utilizador. Por um lado *accountability* pode ser usada como um conceito normativo, isto é, como um conjunto de normas para avaliação do comportamento de um determinado utilizador público. Por outro lado pode ser usado em sentido mais estreito e descritivo, isto é, um gestor público pode ser chamado a prestar contas e ser responsabilizado pelos seus atos.

Segundo Armstrong (2005) a integridade, a transparência e a *accountability* foram conceitos identificados coletiva e individualmente como parte dos princípios fundamentais da administração pública pelos países que integram a Organização da Nações Unidas (ONU).

Desde a década de 60 que o foco da *accountability* passou de uma orientação fiduciária para uma orientação voltada para os resultados e para o desempenho financeiro do ensino superior público. Entre 1960 e 1970, conceitos de eficácia, eficiência, produtividade e retorno sobre o investimento têm sido levados em consideração pelos governos (Layzell & Caruthers, 1995).

Ewell & Jones (1994) referem que o desenvolvimento de um sistema de indicadores como um instrumento de políticas de educação no ensino superior deve ser abordado sobre quatro prismas diferentes sendo eles: (1) *inputs, processes, outcomes*; (2) eficiência e eficácia dos recursos; (3) necessidade do Estado rentabilizar o seu investimento e (4) a necessidade do “cliente” versus retorno do investimento. Este conjunto de indicadores geralmente são usados para medir o progresso dos objetivos e dos domínios dos indicadores de desempenho nos relatórios da *accountability*, devendo os mesmos ter em consideração quer as necessidades, de curto prazo para *accountability*, quer as de longo prazo para a elaboração e definição de prioridades.

O prisma *inputs, processes, outcomes* designa um processo de “produção”, onde o principal indicador a ser medido é o *value added*. O número de estudantes matriculados; as experiências do ensino atual; o comportamento dos estudantes; o número, as características e os níveis de competências dos estudantes são alguns dos indicadores a serem incluídos (Ewell & Jones, 1994).

O prisma eficiência e eficácia dos recursos é uma abordagem destinada a medir, através de rácios ou outras técnicas semelhantes, o uso eficiente dos recursos chave. O indicador mais comum é o controlo da eficiência, isto é, a forma como os recursos físicos são utilizados e afetados. Estes recursos podem ser o corpo docente; o espaço e os equipamentos. Menos comum mas igualmente importante é a monitorização das atuais capacidades e condições dos ativos críticos das instituições (Ewell & Jones, 1994).

O prisma a necessidade do Estado rentabilizar o seu investimento é uma abordagem construída sobre o pressuposto de que o ensino superior é um investimento estratégico para os Estados. Esta abordagem é projetada para medir o ajuste das necessidades entre o ensino e o Estado sugerindo um amplo conjunto de indicadores como, por exemplo, a preparação dos recursos humanos no que concerne à capacidade de expressão oral, resolução de problemas e competências interpessoais (Ewell & Jones, 1994).

O prisma a necessidade do “cliente” e retorno do investimento é uma abordagem construída sobre a noção de consumismo que é projetada para medir o impacto do ensino superior na satisfação das necessidades individuais. O ensino superior em qualquer Estado tem um grande leque de clientes incluindo cidadãos comuns, empregados e público em geral. Este modelo tem como objetivo proporcionar ao consumidor informação que sustente a sua decisão. Esta informação é disponibilizada através dos seguintes indicadores: taxas de retenção e graduação, empregabilidade dos diplomados e percentagem de trabalhadores exigindo educação ou formação adicional para colmatar défices de competências identificadas (Ewell & Jones, 1994).

As quatro abordagens não podem ser verificadas de forma independentemente. Os autores Ewell & Jones (1994) observaram que a maioria dos Estados que aplicam os indicadores como um instrumento de políticas de educação no ensino superior/*accountability* se baseiam em uma ou mais áreas.

2.6 Estudos empíricos

Alguns autores como Bensimon (1995), Grosjean et al. (2000) citados por Chalmers (2008) no trabalho de Jacinto (2012, p. 2) referem que, “para justificar uma gestão eficaz, eficiente e económica são consideradas várias vertentes como sejam: a avaliação e gestão da qualidade; o planeamento estratégico; a afetação do financiamento com base na gestão e no orçamento e as auditorias *value-for-money*”.

Alguns autores como Fisher, Rubenson, Rockwell, Grosjean & Atkinson-Grosjean (2000), citados em Chalmers (2008), referem que os indicadores são utilizados pelas IES australianas para:

- garantir a responsabilização dos fundos públicos;
- melhorar a qualidade da prestação do ensino superior;
- estimular a concorrência dentro e entre as instituições;
- verificar a qualidade das novas instituições;
- atribuir *status* institucional;
- subscrever a transferência de autoridade entre o Estado e instituições;
- facilitar comparações internacionais.

Para Rowe (2004), as IES utilizam os indicadores de desempenho educacionais por quatro razões principais:

- monitorizar e acompanhar o seu desempenho para fins comparativos;
- facilitar a avaliação das operações que a instituição efetua;

- fornecer informações para auditorias externas de garantia de qualidade;
- fornecer informações às entidades competentes com a finalidade de prestação de contas.

O foco do estudo realizado por Jacinto (2012) foram os 15 Institutos Politécnicos Portugueses (IPP), sendo que, a amostra definitiva só foi constituída por 12. Esta investigação consistiu em analisar a importância que o relatório de gestão do ano 2010 tem na divulgação de indicadores de desempenho *input*, *output*, *process* e *outcome* e indicadores económico financeiros, tais como, liquidez, estrutura financeira, rentabilidade, funcionamento e análise funcional no caso dos IPP. Os dois objetivos principais a serem analisados foram:

- o estudo dos indicadores de desempenho quer em termos de conceito, quer em termos de tipologia. Ainda neste âmbito foi feita uma análise de alguns estudos realizados a relatórios anuais e a indicadores de desempenho no ensino superior;
- a análise de conteúdos aos relatórios de gestão dos (IPP), no sentido de aferir o nível de divulgação de indicadores de desempenho por estas entidades. No seguimento desta ideia Jacinto (2012) considerou a dimensão, o endividamento e a rentabilidade do ativo como variáveis independentes e o índice de divulgação médio dos indicadores de desempenho e o índice de divulgação económico-financeiro como variáveis dependentes. Os métodos escolhidos foram análise de conteúdos e análise de associação entre as variáveis independentes e dependentes, para testar as seguintes hipóteses:
 - “H₁: Existe uma associação positiva entre a dimensão dos institutos politécnicos e o índice de divulgação dos indicadores de desempenho.
 - H₂: Existe uma associação positiva entre a dimensão dos institutos politécnicos e o índice de divulgação dos indicadores económico-financeiros.
 - H₃: Existe uma associação positiva entre o nível de endividamento dos institutos politécnicos e o índice de divulgação dos indicadores de desempenho.
 - H₄: Existe uma associação positiva entre o nível de endividamento dos institutos politécnicos e o índice de divulgação dos indicadores económico-financeiros.
 - H₅: Existe uma associação positiva entre a rentabilidade dos institutos politécnicos e o índice de divulgação dos indicadores de desempenho.
 - H₆: Existe uma associação positiva entre a rentabilidade dos institutos politécnicos e o índice de divulgação dos indicadores económico-financeiros.”(Jacinto, 2012: 46; 47)

Jacinto (2012) de acordo com a teoria da agência refere que, o nível de endividamento é uma variável que influencia a quantidade de informação divulgada nas empresas. A autora conclui que quanto maior o endividamento maior a divulgação de indicadores de desempenho *process* e *outcome*, contudo, não foi verificada a existência de uma associação significativa entre o endividamento e o índice de divulgação dos indicadores de desempenho.

A teoria de agência é definida como um contrato pelo qual uma ou mais pessoas (principal) contrata outra pessoa (agente) para realizar algum serviço em seu nome ou segundo as suas ordens, propondo-se analisar os conflitos e os custos resultantes da separação entre propriedade e controlo (Jensen & Meckling, 1976). Contudo, o agente pode não agir segundo os interesses do principal, originando um conflito de interesses e, consequentemente, incorrendo em custos de agência, resultantes de mecanismos capazes de monitorizar⁶ e limitar ações que possam prejudicar o principal.

De acordo com a autora Jacinto (2012), o nível de divulgação dos indicadores de desempenho por parte dos IPP, é bastante reduzido, quer em termos de relato obrigatório, quer em termos de relato voluntário. Verificou ainda que, apesar do normativo obrigar à divulgação de indicadores económico-financeiros, uma grande parte dos IPP não faz referência aos mesmos no relatório de gestão, confirmando-se no entanto a divulgação de indicadores de desempenho em termos de relato voluntário. A autora também constatou que não existe uma diferença substancial entre o índice de divulgação dos indicadores de desempenho e o índice de divulgação dos indicadores económico-financeiros, sendo que, neste último, o nível de divulgação é ligeiramente superior, devendo-se à obrigatoriedade deste tipo de informação no relato obrigatório, uma vez que, o POCE refere que estes indicadores devem fazer parte integrante do conteúdo do relatório de gestão.

Maingot & Zeghal (2008) realizaram um estudo empírico, tendo sido a população analisada constituída por 44 universidades do Canadá, que constam do *ranking* divulgado pela revista *Maclean's*. Os autores efetuaram uma divisão nas seguintes categorias: (1) 20 universidades principalmente orientadas para cursos de licenciatura, tendo relativamente poucos cursos de pós-graduação; (2) 9 universidades que abrangem vários graus, sendo a área de investigação uma componente significativa e ainda uma grande variedade de programas académicos conferentes do grau de licenciatura, pós-graduação e cursos profissionais e (3) 15 universidades direcionadas para cursos de doutoramento e investigação.

⁶ O termo monitorização inclui não somente mensuração ou observação do comportamento do agente, como o esforço exercido pelo principal em controlar o comportamento do agente, por exemplo recorrendo a restrições orçamentais, políticas de compensação, regras operacionais, etc. (Jensen & Meckling, 1976).

Em concreto, o estudo procurou analisar a divulgação voluntária dos indicadores de desempenho, tendo para isso definido três objetivos: (1) analisar o desenvolvimento dos indicadores de desempenho no ensino superior; (2) estudar a divulgação voluntária dos indicadores de desempenho das universidades do Canadá e (3) identificar alguns fatores que possam explicar a razão das universidades não só do Canadá, mas também dos EUA, Europa, Austrália e Nova Zelândia se comportarem de maneira diferente.

O tratamento e a recolha dos dados realizou-se através de uma lista de itens de divulgação voluntária que foi compilada pelo departamento de pesquisa e planeamento institucional da universidade de *Ottawa*, sendo que esta foi a sua lista piloto e intitula-se “*A Survey of PIs Used by Many Canadian Universities*”. No entanto, após esta fase, foram verificados os sites das 44 universidades, em janeiro de 2006, de modo a identificar as divulgações dos seus indicadores de desempenho. Deste modo foi possível aperfeiçoar a lista inicial, identificando um total de 123 indicadores divididos em 18 categorias.

Os autores pretendiam, em primeiro lugar, analisar o efeito que a missão e objetivo da universidade têm no nível de divulgação, tendo para isso adotado as três categorias de *Maclean's*, baseando-se no método de ANOVA. Em segundo lugar, para estudar o efeito que a dimensão da universidade tem no nível de divulgação, adotaram dois parâmetros, o número de alunos e o valor das receitas, sendo que para testar estes dados recorreram a uma análise de regressão.

Maingot & Zeghal (2008) referem ainda que a divulgação voluntária de indicadores de desempenho no setor empresarial tem sido analisada recorrendo a várias teorias, tais como: a teoria da agência; a teoria da sinalização, a teoria do custo político e a teoria da legitimidade.

A teoria da sinalização de acordo com Spence (1973) é a divulgação voluntária que poderia ser utilizada pelos gestores de modo a transmitir ao mercado que a sua empresa está superando negócios semelhantes.

A teoria do custo político conforme Watts & Zimmerman (1978), sugere que a divulgação voluntária pode ser utilizada como um instrumento para melhorar a imagem da empresa, pretendendo reduzir a exposição a ações políticas indesejáveis e outros custos que possam estar inerentes a uma maior regulação.

A teoria da legitimidade é uma teoria útil na explicação e investigação de certos padrões de divulgação de informação sobre responsabilidade social Watson, Shrives, & Marston, (2002), baseando-se na ideia de que existe uma espécie de contrato social entre as organizações e a

sociedade, no qual é concedido por esta às empresas o direito à existência, esperando que estas correspondam às suas expectativas (Guthrie & Parker, 1989).

Os resultados obtidos por Maingot & Zeghal (2008) sugerem que o nível de divulgação voluntária dos indicadores de desempenho é afetado positivamente pela dimensão, missão e objetivos das universidades, sendo consistente com a pesquisa empírica desta matéria no setor empresarial e com o paradigma teórico dominante, ou seja, as teorias da divulgação particularmente a teoria do custo político e a teoria da legitimidade. Os autores concluíram ainda que existe grande variação na quantidade de indicadores divulgados na Europa, América do Norte, Austrália, Nova Zelândia e outros países.

Um estudo de caso efetuado numa universidade pública dos Estados Unidos por Lewis et al. (2007) teve como objetivo verificar como é que a utilização de indicadores de desempenho influencia o nível de responsabilização externa e o planeamento estratégico, incluindo a forma como o fluxo de recursos e de estudantes alteraram depois da introdução de medidas de desempenho institucionais no planeamento estratégico. O estudo de caso baseou-se na informação da *accountability* e do desempenho, que consta dos relatórios elaborados pela Universidade do Minnesota a cada dois anos, durante a década de 1997 a 2007, nos comentários das atividades de planeamento estratégico e nos elementos do desempenho e ainda numa análise comparativa, efetuada através da revisão da literatura, aos procedimentos aplicados no ensino superior europeu.

Estes autores Lewis et al. (2007), relativamente à Europa Ocidental e Oriental, verificaram a existência de um défice sobre o uso de indicadores de desempenho, aquando da análise da revisão da literatura e da informação recolhida das instituições. Atribuíram este facto a uma combinação de três fatores.

O primeiro fator é provavelmente o mais importante e deve-se ao facto do uso em maior escala de medidas de desempenho ter influenciado o financiamento a nível de subsídios e dotações orçamentais em países como a Grã-Bretanha, a Austrália e alguns Estados dos Estados Unidos, ficando assim os mesmos reticentes quanto a um uso mais extenso dos indicadores de desempenho. A maioria dos governos da Europa Ocidental optou por facultar subsídios às universidades sem se reger por requisitos de *accountability*. Em consequência, as instituições universitárias não sentem necessidade de implementar objetivos de desempenho e a maioria fez notar a necessidade de continuar com o seu *status quo* (Lewis et al., 2007).

Como segundo fator temos a utilização de indicadores de desempenho que continua a ter um longo caminho por percorrer, apesar das diversas pressões políticas efetuadas por vários países. Dado os

recursos públicos serem limitados, foi necessário efetuar reduções ao nível da despesa pública, sendo um dos setores afetados o ensino superior. A redução das receitas implicou que se efetue uma utilização regrada, eficiente e orçamentada dos recursos existentes sendo este o segundo fator que pode influenciar a aplicação dos indicadores de desempenho (Lewis et *al.*, 2007).

O último fator prende-se com as expetativas de mudança dos sistemas de ensino superior que são evidentes em toda a região. Mais de 40 países já se comprometeram para com os objetivos da declaração de Bolonha e outros países e instituições fora da União Europeia expressaram a vontade de se regerem pelos mesmos pressupostos (Lewis et *al.*, 2007).

Os autores Lewis et *al.*, (2007) concluíram que a identificação de indicadores é importante para determinar, avaliar ou informar acerca dos principais objetivos e resultados alcançados, podendo assim contribuir para a tomada de decisão dos diversos interessados (pais, alunos, governo e ministério da educação). O uso de medidas de desempenho pode ainda servir como um catalisador para a mudança institucional de forma a melhorar a sua qualidade, alcançar os seus objetivos e contribuir para a obtenção de receitas maiores e mais diversificadas.

Um quadro comum de indicadores e de procedimentos de avaliação no que concerne à garantia de qualidade é o tema do estudo levado a bom termo por um grupo de universidades da Europa Latina (UEL) sendo os países envolvidos Bélgica, França, Itália, Espanha, Portugal, Suíça ao qual se associou rapidamente o Luxemburgo. Este grupo, conjuntamente com associação europeia de universidade, tinha como objetivo debater vários temas de interesse comum e a implementação do modelo de Bolonha. Entre os assuntos abordados, o grupo UEL debruçou-se sobre a avaliação do sistema universitário realizando uma análise comparativa nos países que compõem o grupo. Este estudo teve como principais contribuições: (1) fornecer uma visão detalhada dos processos de qualidade nos diferentes países; (2) desenvolver um referencial de indicadores de desempenho; (3) dar uma noção teórica e concetual de indicador; (4) delinear procedimentos de avaliação transversais aos vários países. Estes permitiram comparar, compreender e controlar melhor a realidade das universidades europeias com vista a um melhor desempenho e consequentemente uma melhor eficiência do investimento público (Tavenas, 2003).

O referencial de indicadores elaborados pelo grupo ELU foi elaborado tendo em conta 4 parâmetros, sendo eles: (1) a disponibilidade dos dados básicos necessários, (2) a comparabilidade das estruturas ou atividades descritas por estes dados, (3) a relevância da informação para os potenciais utilizadores e (4) os objetivos prosseguidos pelas universidades em matéria de prestação de conta. Os indicadores da tabela 1 podem ser considerados para descrever a atividade e desempenho das universidades em matéria de ensino e de investigação (Tavenas, 2003).

Tabela 1 – Indicadores (tabela adaptada de Tavenas, 2003)

<p>Qualidade dos estudantes e seu desempenho</p> <p>Qualidade dos estudantes admitidos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Média de entrada • Origem social dos estudantes • Proporção dos alunos fora da sua área de residência • Taxa de admissão • Taxa de inscrição <p>Desempenho dos alunos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Taxa de retenção no primeiro ano de curso • Medidas especiais de recepção e acompanhamento dos novos estudantes • Taxa de diplomados • Duração média da escolaridade • Taxa de colocação após obter o diploma
<p>Qualidade da investigação</p> <p>Nível da investigação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proporção de professores ativos em investigação • Rácio de alunos matriculados em doutoramento/professor • Rácio fundo de investigação/professor • Número ou proporção de investigadores a tempo inteiro • Valor dos contratos de investigação/professor <p>Produtividade da atividade de investigação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Rácio diplomado de doutorados/professores • Rácio do número de publicações/professor • Índice de citação • Rácio número patentes/professor • Prémios e distinções
<p>Indicadores a nível dos recursos destinados ao ensino e à investigação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Rácio aluno/professor • Rácio estudante/pessoal não docente • Pessoal técnico e auxiliar/professor • Rácio orçamento de funcionamento/estudantes • Rácio recursos físicos/estudantes
<p>Indicadores relativos a práticas relacionadas com a governação e a gestão</p> <ul style="list-style-type: none"> • Composição dos órgãos de tomada de decisão • Mecanismos de reconhecimento da participação dos alunos • Mecanismos de atribuição dos recursos orçamentais • Diversificação das fontes de financiamento • Mecanismos de planeamento institucional • Taxa de planeamento institucional • Taxa de rotatividade do pessoal académico • Mecanismos de desenvolvimento de cursos interdisciplinares • Capacidade do ensino e política no seu meio • Abertura da universidade no seu meio • Universidade aberta ao mundo

Os autores concluíram que grandes reformas estão em curso na maioria dos países da Europa Latina, quer no domínio da avaliação das IES quer nas suas atividades de ensino e investigação, sendo surpreendente que no âmbito dos compromissos de Bolonha não haja uma maior cooperação

entre os Estados na implementação de mecanismos de avaliação. A criação de um referencial de indicadores e processos de avaliação para apoiar o crescimento e a mobilidade dos estudantes deve ser induzido pelo modelo de Bolonha. Isto exige uma uniformização dos procedimentos de avaliação ou pelo menos a adoção de regras de boas práticas de avaliação que devem ser compartilhadas. Essas regras devem ter em conta o princípio fundamental da autonomia e portanto a responsabilidade das universidades; assim como o facto de que as avaliações devem simultaneamente assegurar a consistência da qualidade e proteger a diversidade das ofertas de formação académica (Tavenas, 2003).

Com base na teoria do *Actor-Network*, Arnaboldi & Azzone (2010) investigaram, ao longo de 11 anos, o processo de boas práticas baseadas na implementação de medidas de desempenho de sistemas operacionais nas universidades italianas. Estes autores concluíram que durante o processo de implementação de medidas de desempenho no setor público se destacaram dois elementos fundamentais: o papel das controvérsias e o surgimento de diferentes e importantes abordagens dos diversos intervenientes. Segundo Arnaboldi & Azzone (2010) o elemento central da teoria do *Actor-Network* é a importância atribuída aos aspetos técnicos, objetos naturais, assim como ao capital humano, referem ainda que, a distinção entre a inovação tecnológica e social se encontra desfocada e intervenientes humanos e não humanos são igualmente importantes; é através das suas interações e da construção de uma rede sociotécnica que as inovações se podem expandir.

Em conformidade com a Teoria do *Actor-Network* verificou-se que os papéis e estratégias, dos investigadores e dos intervenientes, durante o período de 1998 a 2009, vão evoluindo e crescendo de forma heterogénea. Por exemplo, os alunos e a escola constituem uma rede/relação. Assim, as relações sociais, nomeadamente, aluno/professor estão sempre a ser realizadas em processo contínuo (Arnaboldi & Azzone, 2010).

O processo de boas práticas fornece sugestões quer aos gestores, quer aos decisores políticos que realizam implementação de medidas de desempenho. Isto implica que as controvérsias, apesar de representarem riscos essenciais para os sistemas, não devem ser vistas como algo mau, mas sim, como sinais indicativos da dinâmica, necessidades e divergência entre os intervenientes no sistema, devendo ser resolvidas e evitadas (Arnaboldi & Azzone, 2010).

Um estudo realizado a 24 escolas do ensino secundário na América por Jackson & Lunenburg (2010) teve como objetivo encontrar características ao nível escolar que possam influenciar positivamente ou negativamente o sucesso escolar do aluno. Amostra foi aleatória e era composta por professores de cada escola e pelos principais dados disponibilizados sobre a dimensão dos indicadores de desempenho de cada escola. Os dados obtidos a partir do ministério da educação

foram, *índices de accountability*, sucesso escolar do aluno e características demográficas. Foi também analisada a relação entre os indicadores de desempenho e o sucesso escolar do aluno. Assim, as escolas foram classificadas em: 1) exemplar; (2) reconhecidas; (3) academicamente aceitáveis e (4) academicamente inaceitáveis e foram analisadas as diferenças encontradas entre as escolas incluídas nas diferentes classificações.

O estudo baseou-se, por um lado, num teste de avaliação de conhecimentos e competências aplicado aos alunos e, por outro lado, em 61 indicadores de desempenho agrupados em quatro dimensões: (1) excelência académica; (2) capacidade de resposta de desenvolvimento; (3) igualdade social e (4) estruturas organizacionais. Os indicadores foram desenvolvidos pelo *National Forum to Accelerate Middle-Grades Reform*, 2004 (Jackson & Lunenburg, 2010).

Concluiu-se que existem diferenças significativas entre as escolas em cada uma das quatro dimensões de indicadores de desempenho, bem como na relação entre esses indicadores e o sucesso escolar do aluno (Jackson & Lunenburg, 2010). Estes autores salientam que será necessário expandir a pesquisa de modo a que se possa construir uma teoria abrangente sobre os indicadores de desempenho nas escolas.

O movimento atual da *accountability* tem fomentado uma maior eficácia e eficiência por parte das IES. No entanto, o objetivo recente deste movimento baseia-se no compromisso do corpo docente para o aumento do desempenho, recorrendo para isso aos fundos de financiamento para programas académicos, pretendendo-se assim o cumprimento de determinados indicadores para o acesso a dotações orçamentais (Sandinford & Montoya, 2005). Na Florida, a formulação do orçamento de Estado para a atribuição de verbas ao ensino superior baseia-se na análise aos relatórios de prestação de contas tendo também em consideração o rendimento proveniente do orçamento e o rendimento proveniente dos fundos para os programas académicos (Sandinford & Montoya, 2005).

O estudo realizado por Sandinford & Montoya (2005) analisou as motivações intrínsecas e extrínsecas do corpo docente para o cumprimento de indicadores de desempenho baseados no financiamento obtido dos fundos para programas académicos. A recolha de dados foi efetuada através de questionários. Este estudo permitiu concluir que indicadores intimamente relacionados com a missão tradicional de escolas superiores públicas apresentam um maior nível de cumprimento por parte do corpo docente em detrimento dos indicadores mais orientados para as prioridades do Estado. A análise dos dados do estudo baseou-se no modelo de regressão linear, no coeficiente de correlação de Pearson e no ANOVA.

O estudo empírico elaborado por Sandinford & Montoya (2005), salienta que é fundamental e parte integrante do processo o compromisso por parte do corpo docente com as metas de desempenho representadas pelos indicadores.

Os autores Watts, McNair, & Baard (2010), recorrendo à teoria neo-institucional, tiveram como objetivo estudar o progresso e a desvalorização que os indicadores de desempenho possam sofrer quando adotados como um elemento importante da *accountability* nas universidades públicas australianas. A teoria neo-institucional tem subjacente o conceito de que legitimidade organizacional é a aceitação de uma organização pelo ambiente envolvente (Meyer & Rowan, 1977). Os autores Watts et al. (2010) testaram as seguintes hipóteses:

H₁: a motivação para obter legitimidade conferida produzirá adoção simbólica de práticas de *accountability* iniciadas pelo governo;

H₂: as práticas adotadas simbolicamente sob pressão coerciva desmoronar-se-ão ao longo do tempo.

Estas hipóteses foram testadas recorrendo à elaboração de um questionário e à análise de relatórios compreendidos entre os anos de 1989 a 1996. Os relatórios constam do arquivo das 36 IES. Entre os anos de 1992 e 2007, estas 36 IES receberam 90% da verba atribuída pelo Estado para o financiamento do ensino superior na Austrália. O questionário foi distribuído por três níveis de administração da universidade, sendo eles: vice-reitores; administradores das universidades seniores e gestores das universidades. Assim obteve-se uma amostra representativa das três maiores áreas onde os indicadores de desempenho podem ser utilizados, ou seja, a administração académica; a administração dos estudantes e a administração da universidade.

Os resultados obtidos no estudo de Watts et al. (2010), confirmam a hipótese 1, atestando que quanto maior o desejo de legitimidade conferida maior será a adoção simbólica de indicadores de desempenho. O resultado da análise dos relatórios anuais da universidade também suporta a hipótese 2, isto é, as práticas adotadas simbolicamente sob pressão coerciva desmoronar-se-ão ao longo do tempo.

Os autores Watts et al. (2010) referem que uma das limitações do estudo foi o número das instituições testadas. Sugeriram que, uma vez que o método de investigação tem potencial, se deveria proceder a uma análise em departamentos maiores do setor público para poder determinar a extensão da adoção simbólica e o uso contínuo de medidas de *accountability* decorrentes da nova gestão e das reformas que se foram implementando nesse setor.

Watts et *al.* (2010) concluíram que os indicadores de desempenho foram adotados: (1) como um gesto simbólico para satisfazer a necessidade de legitimidade verificada externamente, (2) para demonstrar a *accountability* às diversas partes interessadas através da publicação do relatório anual das universidades australianas. Os resultados suportam a teoria institucional em que o desejo da legitimidade conferida produzirá a adoção simbólica de práticas de gestão instauradas pelo governo e em que adoção simbólica das práticas sob pressão coerciva desmoronar-se-á progressivamente.

3

FORMULAÇÃO DO PROBLEMA E METODOLOGIA

3.1 Especificação do problema e objetivos

A revisão da literatura permitiu constatar que a *accountability* e a divulgação dos indicadores de desempenho: (1) quantitativos (*inputs, outputs*) e qualitativos (*process, outcomes*) Chalmers (2008); Lewis et al. (2007); (2) qualidade dos estudantes e seu desempenho; qualidade da investigação; a nível de recursos destinados ao ensino e à investigação e relativos a práticas relacionadas com a governação e a gestão Tavenas (2003); (3) indicadores orientados para os resultados e indicadores orientados para a implementação (Kaufman, 1988) têm vindo a afirmar-se como pontos essenciais na prossecução dos objetivos das universidades. Nesse sentido, ao longo da revisão da literatura, notou-se que o único estudo elaborado em Portugal retrata a realidade dos IPP. Justifica-se assim, em nossa opinião, um estudo dirigido às Universidades Públicas Portuguesas (UPP).

Este estudo pretende verificar se as UPP divulgam indicadores de desempenho no relatório de gestão. A obrigatoriedade da sua divulgação é estipulada no artigo 4.º da Lei n.º 37/2003 de 22 de agosto⁷ de modo a que as instituições possam obter o financiamento por parte do Estado. Estes indicadores são:

- a relação padrão pessoal docente/estudante;
- a relação padrão pessoal docente/pessoal não docente;
- incentivos à qualificação do pessoal docente e não docente;
- os indicadores de qualidade do pessoal docente de cada instituição;
- os indicadores de eficiência pedagógica dos cursos;
- os indicadores de eficiência científica dos cursos de mestrado e doutoramento;
- os indicadores de eficiência de gestão das instituições;
- a classificação de mérito resultante da avaliação do curso/instituição;
- a estrutura orçamental, traduzida na relação entre despesas de pessoal e outras despesas de funcionamento;

⁷ Estabelece a Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior (LBFES)

- a classificação de mérito das unidades de investigação.

A verificação da conformidade legal, incluindo o cumprimento do POCE é da responsabilidade do Tribunal de Contas, sendo este uma das entidades a quem as IES público devem prestar contas.

O estudo realizado em Portugal relativamente aos IPP identificou uma divulgação dos indicadores de desempenho de carácter obrigatório bastante reduzida e a escassa divulgação de indicadores económico-financeiros sendo, no entanto, o índice destes indicadores superior ao índice da divulgação de desempenho.

Face ao exposto declaramos o seguinte problema de investigação.

Quais os fatores que influenciam a divulgação dos indicadores de desempenho pelas UPP no relatório de gestão?

3.2 Questões de investigação

Como forma de responder ao problema, levantamos algumas questões de investigação sobre esta matéria:

1. as UPP divulgam os indicadores de desempenho impostos por lei?
2. as UPP divulgam informação sobre o desempenho para além do que é obrigatório (divulgação voluntária)?
3. existindo diferentes níveis de divulgação, quais os fatores que poderão influenciar esse nível de divulgação das UPP?

Para responder às questões 1 e 2 construímos um índice de divulgação que inclui quarenta e dois indicadores de divulgação obrigatória e três indicadores de divulgação voluntária. Para responder à questão 3 colocámos as hipóteses conforme descrito nas subsecções 3.3.1, 3.3.2, 3.3.3 e 3.3.4.

3.3 Hipóteses

3.3.1 Dimensão

O trabalho de Jacinto (2012) baseou-se na metodologia de análise de conteúdo e na metodologia de análise de associação para estudar a existência, ou não, de uma correlação entre as variáveis dimensão, endividamento e rentabilidade e o índice de divulgação dos indicadores de desempenho e dos indicadores económico-financeiros. Verificou-se que, a variável dimensão apresenta uma

associação positiva estatisticamente significativa com o índice de divulgação dos indicadores de desempenho, não tendo sido encontrada uma associação positiva estatisticamente significativa em relação ao índice de divulgação dos indicadores económico-financeiros.

Os estudos abordados na revisão da literatura que analisaram a variável dimensão, basearam-se na teoria da agência e da sinalização. Segundo Maingot & Zeghal (2008), a dimensão de uma organização é identificada na literatura como um determinante importante na divulgação voluntária de indicadores, concluindo, através do estudo efetuado que, o nível de divulgação dos indicadores de desempenho é afetado positivamente, entre outras, por esta variável.

Assim, face aos resultados dos estudos acabados de referir, entendemos que a variável dimensão pode influenciar o nível de divulgação dos indicadores de desempenho nas UPP. De acordo com Maingot & Zeghal (2008), no ensino superior, a variável dimensão será medida em função do número de estudantes matriculados em cada universidade. O estudo levado a cabo pela autora Jacinto (2012) teve também por base o mesmo argumento. Assim colocamos a seguinte hipótese:

H₁ – A dimensão da universidade influencia positivamente o nível de divulgação dos indicadores de desempenho.

3.3.2 Financiamento

O financiamento do ensino superior em Portugal tem por base uma fórmula segundo o artigo 4.º da Lei n.º 37/2003 de 22 de agosto. Segundo Darling, England, Lang, & Lopers-Sweetman (1989) é um modelo a manter, isto porque, apresenta um conjunto de características imprescindíveis à boa afetação dos recursos, designadamente: reduzem a influência política e *lobbying*; promovem e protegem a autonomia institucional; disponibilizam uma base comum e coerente para a tomada de decisão coletiva a nível institucional e para as universidades que recebem ou conjecturam auferir financiamento privado. Uma fórmula de financiamento pode ser a garantia de que o benefício privado é complementar e não substituto do financiamento público.

A Lei n.º 62/2007 de 10 de setembro, estabelece o regime jurídico das IES, regulando designadamente a sua constituição, as atribuições e organização, o funcionamento e a competência dos seus órgãos, e, ainda tutela a fiscalização pública do Estado. Nos termos do n.º 1 do art.º 11 da Lei n.º 62/2007 de 10 de setembro, que estabelece a autonomia das IES, “As IES públicas gozam de autonomia estatutária, pedagógica, científica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar face ao Estado, com a diferenciação adequada à sua natureza”.

Constatamos que as UPP são organismos com autonomia administrativa e financeira. O financiamento das universidades públicas provém maioritariamente das transferências disponibilizadas no orçamento de Estado. Todavia, nos últimos anos, este contributo sofreu cortes rigorosos a nível do financiamento do ensino superior. No entanto e derivado ao seu estatuto, elas também financiam a sua atividade através do recurso a receitas próprias provenientes de propinas, verbas de projetos de investigação, entre outras fontes de financiamento.

A forma como as UPP utilizam os recursos públicos e a forma como respondem às necessidades da sociedade e, consequentemente, demonstram quais os resultados alcançados, isto é, como é que conseguem traduzir a boa ou má gestão do recurso público em prol das necessidades dos diversos utilizadores, é uma necessidade cada vez maior.

Cada vez mais é necessário justificar se o financiamento prestado às UPP tem o retorno desejável. Assim, consideramos apropriado colocar as seguintes hipóteses:

H₂ – O nível de financiamento proveniente do orçamento de Estado influencia positivamente o nível de divulgação dos indicadores de desempenho.

H₃ – O nível de financiamento proveniente de outras fontes de financiamento influencia positivamente o nível de divulgação dos indicadores de desempenho.

3.3.3 Ranking

A necessidade de informação sobre as universidades tem crescido consideravelmente. Este facto pode dever-se às mudanças económicas e à competitividade. Os vários *stakeholders* têm assim um interesse crescente na avaliação dos resultados do ensino superior.

Interesses em *rankings* de IES têm-se intensificando ao longo das últimas duas décadas. Eles baseiam-se num conjunto de medidas relacionadas com a qualidade da educação tais como a seletividade do corpo discente ou classificações de prestígio (Guarino, Ridgeway, Chun, & Buddin, 2005).

Existe uma preocupação crescente na divulgação e na transparência da informação, isto porque, cada vez mais as universidades necessitam de captar novos capitais e serem reconhecidas não só a nível nacional como internacional.

Na revisão da literatura não foi encontrada qualquer referência bibliográfica que testasse esta variável. Contudo, a elaboração dos *rankings* pelos mais diversos organismos têm por base, de entre os vários critérios de avaliação das universidades, os indicadores de desempenho. O *ranking* é

utilizado pelas universidades como um elemento fundamental na captação de estudantes e de docentes com elevadas competências (Maingot & Zeghal, 2008). Assim, colocamos a seguinte hipótese:

H₄ – O facto de uma UPP constar num *ranking* influencia positivamente a divulgação de um maior número de indicadores de desempenho.

3.3.4 Percentagem de vagas preenchidas

Apesar da inexistência de estudos que testem se esta variável influencia o nível de divulgação de indicadores de desempenho, entendemos que na conjuntura atual em que existe competição entre as universidades por forma a captar o maior número de alunos possível, cogitamos que o maior ou menor grau de preenchimento das vagas numa dada UPP pode ser indicador da qualidade das UPP e assim potenciar (ou não) a procura por parte dos estudantes, potenciando (ou não), igualmente a divulgação de indicadores de desempenho. Deste modo, formulamos a seguinte hipótese:

H₅ – A percentagem de vagas preenchidas influencia positivamente a divulgação de um maior número de indicadores de desempenho.

3.4 Amostra

Começámos por analisar os sites de todas as UPP, procurando verificar a existência de informação disponível relativa aos exercícios económicos de 2010, de 2011, de 2012 e de 2013. Não foi possível encontrar informação para todas as UPP. Assim, resumimos na tabela 2 o resultado desta análise.

Tabela 2 – Resumo da análise aos sites das Universidades Públicas Portuguesas

Ensino Superior Público Universitário	Sites	Relatório de contas/gestão/consolidado ou Relatório de atividades			
		2010	2011	2012	2013
Universidade Aberta	URL: www.univ-ab.pt	X	X	X	X
Universidade dos Açores	URL: www.uac.pt	O	O	O	O
Universidade do Algarve	URL: www.uaalg.pt	X	X	X	O
Universidade de Aveiro	URL: www.ua.pt	X	X	X	X
Universidade da Beira Interior	URL: www.ubi.pt	O	X	O	O
Universidade de Coimbra	URL: www.uc.pt	X	X	X	X
Universidade de Évora	URL: www.uevora.pt	X	X	X	X
Universidade de Lisboa	URL: www.ulisboa.pt	O	O	O	X
Universidade da Madeira	URL: www.uma.pt	X	X	X	O
Universidade do Minho	URL: www.uminho.pt	X	X	X	X
Universidade Nova de Lisboa	URL: www.unl.pt	X	X	X	X
Universidade do Porto	URL: www.up.pt	X	X	X	X
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	URL: www.utad.pt	X	X	X	X

Para cada universidade e para cada exercício económico assinalámos com “X” os casos em que está disponível o relatório de gestão e/ou o relatório de atividades onde se podem consultar os indicadores de desempenho divulgados e com “O” os casos em que não está disponível o(s) relatório(s) referido(s). Tendo em consideração a informação da tabela 2, a amostra é constituída pelas seguintes universidades: Aberta, do Algarve, de Aveiro, de Coimbra, de Évora, da Madeira, do Minho, Nova de Lisboa, do Porto e de Trás-os-Montes e Alto Douro. Por falta de informação referente aos relatórios de gestão e/ou de atividades as universidades dos Açores, da Beira Interior e de Lisboa não foram consideradas para efeitos de cálculo de variáveis. Em 2013 por falta da mesma informação não foram também consideradas as universidades do Algarve e da Madeira.

3.5 Definição e cálculo das variáveis

3.5.1 Índice de divulgação

Seguindo o artigo 4.º da Lei n.º 37/2003 de 22 de agosto e os autores Chalmers (2008), Jacinto (2012), Maingot & Zeghal (2008) e Tavenas (2003), elaboramos a tabela 3 com os diversos indicadores de desempenho que pretendemos averiguar se constam ou não dos relatórios de gestão e/ou de atividades.

O cálculo do índice de divulgação foi levado a cabo com base numa metodologia seguida por Tooley & Guthrie (2004) e visa determinar a abrangência da divulgação de informação de desempenho.

Tabela 3 – Indicadores de desempenho

Indicadores Obrigatórios	
a relação padrão pessoal docente/estudante	
número de pessoal docente	
número de estudantes	
a relação padrão pessoal docente/pessoal não docente	
número de pessoal docente	
número de pessoal não docente	
incentivos à qualificação do pessoal docente e não docente	
disponibilização de novas tecnologias	
ações de mobilidade	
formação	
master-classes	
conferências	
colóquio/fórum/congresso	
os indicadores de qualidade do pessoal docente de cada instituição	
docentes com doutoramento	
avaliação do desempenho docente	
ensino	
inquérito	
resultados obtidos pelos estudantes	
cargos de gestão	
investigação	
publicações por docente	
revistas/artigos	
livros	
capítulos de livros	
criação cultural	
os indicadores de eficiência pedagógica dos cursos	
número de departamento	
número de cursos	
% diplomados	
taxa de colocação	
taxa de retenção	
taxa de aprovação	
taxa de emprego	
os indicadores de eficiência científica dos cursos de mestrado e doutoramento	
número de mestrados	
número de doutorados	
os indicadores de eficiência de gestão das instituições	
liquidez	
liquidez geral	
liquidez imediata	
estrutura financeira	
endividamento	
autonomia financeira	
solvabilidade	
rentabilidade	
rentabilidade do Ativo Líquido	
rentabilidade dos Capitais Próprios	
a classificação de mérito resultante da avaliação do curso/instituição	
prestígio/média curso	
custo por aluno	
taxa de sucesso escolar	
a estrutura orçamental, traduzida na relação entre despesas de pessoal e outras despesas de funcionamento	
custos com pessoal	
outros fornecimentos e serviços externos	
a classificação de mérito das unidades de investigação	
número de publicações por docente	
número de publicações totais	
Indicadores voluntários	
Localização geográfica	
Patentes	
Ranking	

A recolha de informação, com vista ao cálculo do índice de divulgação do presente estudo, foi efetuada somente com recurso à análise dos relatórios de gestão/atividades da UPP. A informação resultante dessa consulta é apresentada no anexo 1, sendo que, utilizámos o coeficiente 0, para nos referirmos à não divulgação de indicadores de desempenho e o coeficiente 1 para nos referirmos à presença de indicadores de desempenho nos respetivos relatórios (Haniffa & Cooke, 2005).

Esta variável é calculada em função do quociente, entre o número total de itens divulgados no relatório de gestão e/ou de atividades de uma universidade e o número total dos itens que compõem o índice de divulgação, de acordo com a seguinte fórmula.

$$ID_{it} = \frac{\sum_{j=0}^1 j_{it}}{N}$$

Em que:

ID_{it} - Índice de divulgação de indicadores de desempenho de uma universidade i , no momento t .

j_{it} - Valor atribuído a cada item incluído no ID para uma universidade i , no momento t .

N - Número de indicadores de desempenho que compõem o índice.

3.5.2 Dimensão

Definimos a variável dimensão, seguindo de perto os estudos dos autores Jacinto (2012) e Maingot & Zeghal (2008), como sendo o número de alunos.

3.5.3 Financiamento

O cálculo desta variável tem por base as verbas auferidas através do orçamento de Estado e de outras fontes de financiamento, tais como propinas, taxas diversas, juros, vendas de bens e de prestação de serviços e outras receitas próprias. Estes dados constam do anexo 2 e foram obtidos através dos relatórios de gestão e/ou o relatório de atividades.

3.5.4 Ranking

A informação sobre esta variável foi obtida através de dois sites. Optamos por estes dois sites pelo facto de considerarem as universidades a nível mundial e a metodologia para a classificação das universidades divergir, sendo assim importante aferir se as universidades portuguesas se encontram entre as melhores. No *ranking web of universities*⁸, a classificação das IES baseia-se na presença e

⁸ http://www.webometrics.info/en/Previous_editions

no impacto da visibilidade *web*, enquanto que, o *ranking times higher education*⁹, avalia a qualidade das IES tomando como indicadores a qualidade do ensino, investigação, transferência de conhecimento e internacionalização, com base nas opiniões dos alunos, académicos, responsáveis universitários, mundo empresarial e governo. Este dados constam do anexo 2.

A variável *ranking* é dicotómica e toma o valor 1 se se verificar que dada universidade está nas primeiras 500, caso contrário atribui-se a classificação 0 (Haniffa & Cooke, 2005).

3.5.5 Número de vagas preenchidas

O número de vagas preenchidas foi obtido dos relatórios de gestão e/ou atividades das UPP, porém, dado existirem algumas universidades que não divulgam esta informação nos relatórios de gestão e/ou atividades, recorreremos ao site da Direção Geral do Ensino Superior (DGES)¹⁰ e ao site da Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC)¹¹, de modo a obtermos a informação pretendida. Esta informação consta do anexo 2.

A consulta ao site da DGES para verificação da percentagem de vagas preenchidas para o ano 2010, 2011, 2012 e 2013 verificou-se para as universidades Aberta, do Algarve e da Madeira. Foi também necessário verificar para o ano 2010 a universidade de Trás-Os-Montes, para os anos 2011 e 2012 a universidade do Porto e para o ano 2013 a universidade de Aveiro.

3.6 Descrição e recolha dos dados

A recolha dos dados para o cálculo das variáveis: índice de divulgação dos indicadores de desempenho, dimensão, financiamento e número de vagas preenchidas compilados no anexo 2 foi efetuada a partir dos relatórios de gestão e de atividades que, por sua vez, foram obtidos através do *website* da(s) respetiva(s) UPP. Os relatórios são geralmente reconhecidos como um documento fundamental na comunicação do desempenho aos utilizadores externos (Wall & Martin, 2003).

Referimos que em 2013 as universidades do Algarve, de Aveiro e da Madeira não divulgaram no seu relatório de gestão e/ou de atividades o número de alunos. Foi assim necessário recorrer ao site da DGEEC e aos sites das mesmas de modo a obter esta informação.

Numa primeira análise verificamos se as UPP faziam referência nos seus relatórios de gestão e/ou de atividades à sua presença num determinado *ranking*. Relativamente a este ponto e dada a

⁹ <http://www.timeshighereducation.co.uk/world-university-rankings/>

¹⁰ <http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt>

¹¹ <http://www.dgeec.mec.pt/np4/home>

escassez de informação disponibilizada nos mesmos, utilizamos os sites referidos na seção 3.4 de modo a obtermos informação mais detalhada e conseguirmos assim dados para a variável *ranking*.

3.7 Modelo de regressão múltipla

Para testar as hipóteses colocadas na subsecção 3.3.1, 3.3.2, 3.3.3 e 3.3.4. utilizamos um modelo de regressão múltipla que permite determinar a força de cada uma das variáveis independentes: a dimensão, o financiamento proveniente do orçamento de Estado, o financiamanento proveniente de outras fontes de financiamento, o *ranking web of universities*, o *ranking times higher education* e o número de vagas preenchidas, na explicação do comportamento da variável dependente, ou seja, do índice de divulgação dos indicadores de desempenho.

Verificou-se que o método de regressão foi utilizado pelos autores Gordon *et al.* (2002), Maingot & Zeghal (2008), Sandinford & Montoya (2005). Para testar as hipóteses colocadas nas subsecções 3.3.1, 3.3.2, 3.3.3 e 3.3.4, vamos utilizar o modelo de regressão por mínimos quadrados assim definido:

$$ID_{it} = \alpha + \beta_1 Dim_{it} + \beta_2 FOE_{it} + \beta_3 FOF_{it} + \beta_4 RKW_{it} + \beta_5 RKY_{it} + \beta_6 VP_{it} + \varepsilon_{it}$$

Em que:

ID_{it} – índice de divulgação de indicadores de desempenho – calculado conforme fórmula (1);

α – constante;

Dim_{it} – dimensão – número de alunos da universidade i ;

FOE_{it} – financiamento obtido através do orçamento de Estado da universidade i ;

FOF_{it} – financiamento obtido através de outras fontes de financiamento da universidade i ;

RKW_{it} – posição do *Ranking web of universities* da universidade i ;

RKY_{it} – posição do *Ranking thimes higher education* da universidade i ;

VP_{it} – vagas preenchidas da universidade i .

Um maior número de estudantes poderá significar que uma UPP esteja associada a um melhor nível de divulgação de informação. Esperamos assim que a variável Dim_{it} apresente um sinal positivo.

Esperamos que a variável FOE_{it} apresente sinal positivo, pois uma maior atribuição de verbas poderá significar uma maior divulgação de indicadores de desempenho e consequentemente elevar os níveis de *accountability* nas UPP.

A situação económica do país faz com que, cada vez mais, as UPP procurem outros meios de financiamento, por isso esperamos uma correlação positiva entre a variável FOF_{it} e a variável dependente.

Os *rankings* são importantes uma vez que se fundamentam em determinados critérios para classificar as universidades. Assim se uma UPP está entre as melhores do mundo poderá significar uma maior divulgação de indicadores de desempenho. Conjeturamos assim que as variáveis RKW_{it} e RKY_{it} apresentem sinal positivo.

Existem fatores que influenciam uma maior ou menor ocupação das vagas disponíveis nas UPP. Esperamos assim um sinal positivo para a variável VP_{it} .

A análise baseada no modelo de regressão foi efetuada com recurso ao programa *Gretl*.

4

ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Apresentação e interpretação dos resultados

A análise dos dados recolhidos para o cálculo do índice será analisada com o objetivo de dar resposta às questões de investigação 1 e 2 colocadas na seção 3.2. Neste sentido, tendo por base a tabela 3, procedemos à análise dos relatórios de gestão e/ou atividade das UPP de maneira aferimos a presença dos indicadores de desempenho impostos por lei. Após o levantamento dessa informação e de modo a estudarmos o comportamento da nossa variável procedemos à elaboração gráfica, sendo assim possível responder à nossa questão 1 e 2, isto é, as UPP divulgam os indicadores de desempenho impostos por lei? as UPP divulgam informação sobre o desempenho para além do que é obrigatório (divulgação voluntária)?

Relativamente à divulgação de indicadores de desempenho, ao analisarmos os gráficos 1 e 2, respetivamente para os anos 2010 e 2011, verificamos que a universidade do Minho é aquela que apresenta um nível de divulgação mais elevado para ambos os anos – 80,00%.

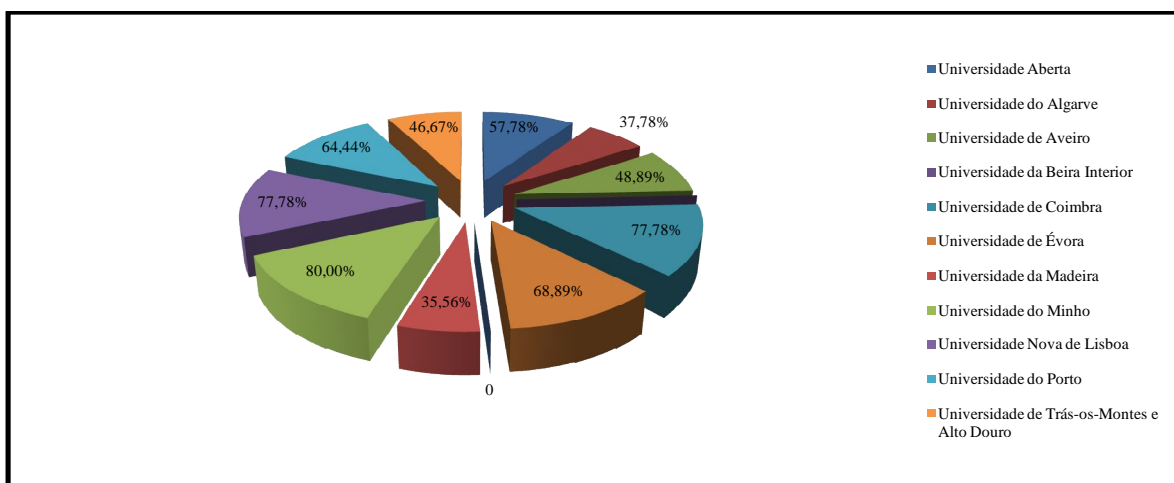


Gráfico 1 – Índice de divulgação de indicadores de desempenho para o ano 2010

Para os mesmos anos, a universidade da Madeira é aquela que apresenta um nível de divulgação mais baixo 35,56% em 2010 e 37,78% em 2011. Os gráficos 1 e 2 refletem que no geral as UPP

divulgaram para os anos 2010 e 2011, no relatório de gestão e/ou de atividades um número considerável de indicadores de desempenho impostos por lei.

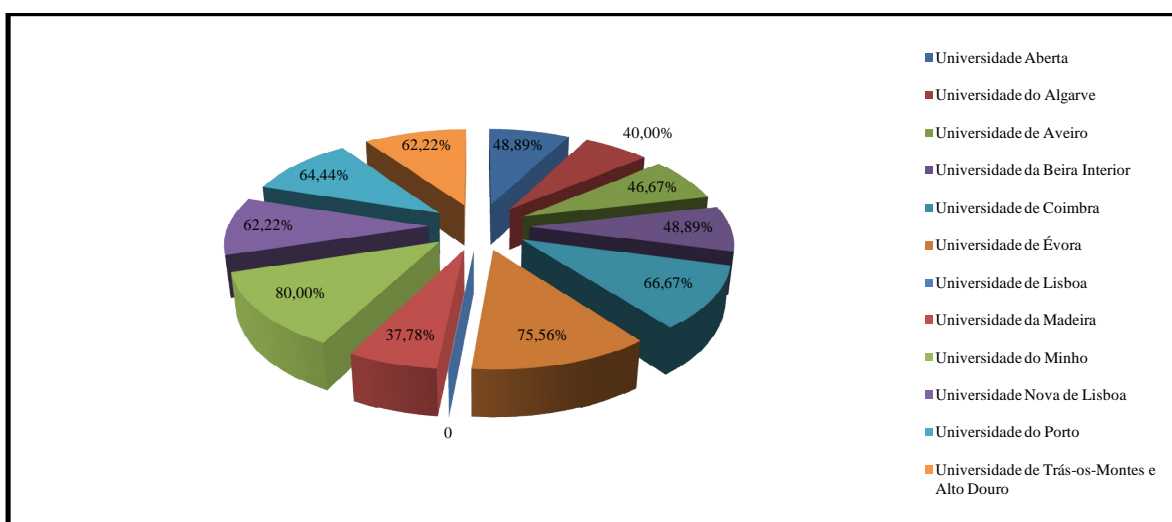


Gráfico 2 – Índice de divulgação de indicadores de desempenho para o ano 2011

Através do gráfico 3, podemos verificar que em 2012 as universidades de Coimbra e de Évora são as que apresentam um maior nível de divulgação, ambas com 71,11%. Ao contrário do verificado para os anos 2010 e 2011, em 2012 quase todas as UPP apresentam um índice de divulgação superior a 50%, com a exceção das universidades da Madeira e do Algarve com 35,56% e 40% respetivamente. A universidade da Madeira mantém o registo da UPP que menos divulga indicadores de desempenho impostos por lei.

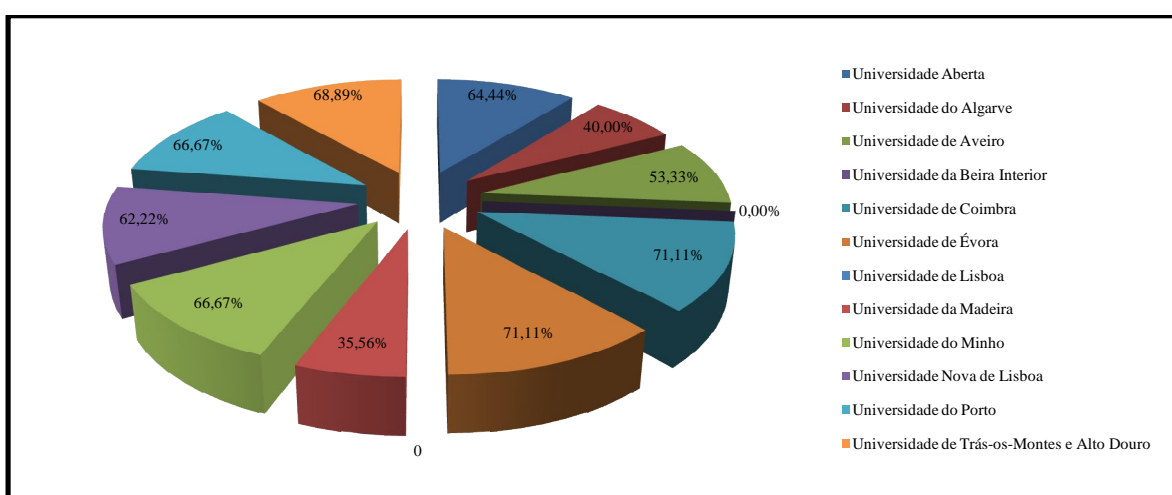


Gráfico 3 – Índice de divulgação de indicadores de desempenho para o ano 2012

No ano 2013, conforme gráfico 4, a universidade que mais divulga é a do Minho, apresentando, novamente um nível de divulgação de 80,00%. Com 53,33% temos a universidade de Aveiro, sendo assim, a que apresenta um menor nível de divulgação. Verifica-se pela análise gráfica que a

percentagem de divulgação se situa acima dos 50% para todas as universidades e que esta percentagem tem um comportamento crescente ao longo dos anos em estudo.

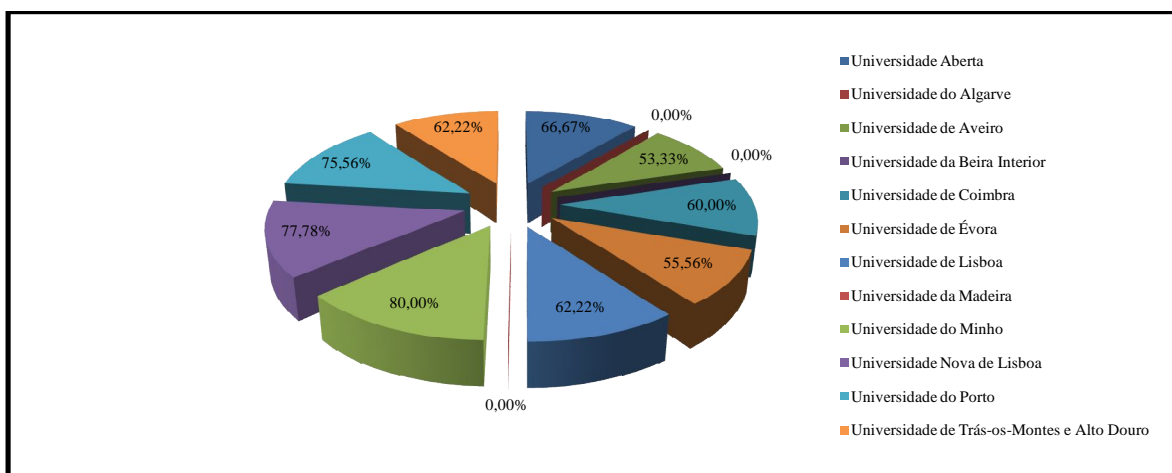


Gráfico 4 – Índice de divulgação de indicadores de desempenho para o ano 2013

Elaboramos o gráfico 5 de modo a obtermos uma perspetiva global do comportamento do índice de divulgação de indicadores de desempenho durante o período estudado. Constatamos que as universidades do Minho, Nova de Lisboa, de Coimbra, de Évora e do Porto se destacam entre as restantes no que respeita à divulgação de indicadores de desempenho para o período em análise, sendo as universidades da Madeira e do Algarve as que menos divulgam informação de desempenho nos relatórios analisados. Numa visão individual verificamos que existem oscilações entre os anos em estudo, mas que existe uma tendência crescente para divulgar mais indicadores de desempenho com o decorrer dos anos.

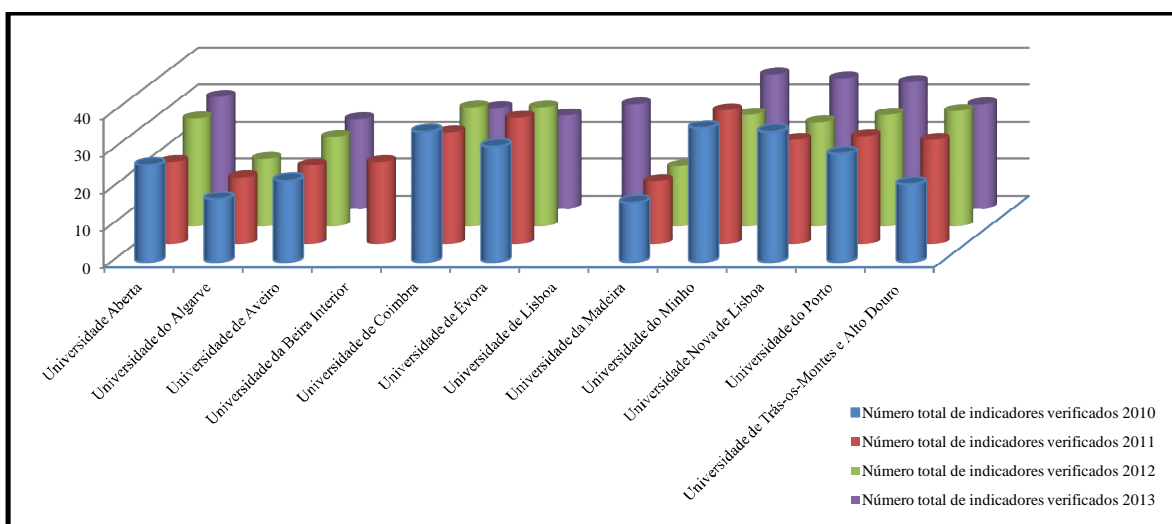


Gráfico 5 – Índice de divulgação de indicadores de desempenho para os anos 2010, 2011, 2012 e 2013

Constatamos que de um total de 42 indicadores referentes à divulgação de informação de desempenho de carácter obrigatório e de 3 indicadores referentes à divulgação de informação de desempenho de carácter voluntário, de acordo com o gráfico 5 e os dados compilados na tabela 4, verificados nos relatórios de gestão e/ou atividades, para o período de 2010 a 2013, as universidades que mais divulgam são: em primeiro lugar a universidade do Minho, na segunda posição encontra-se a universidade Nova de Lisboa e na terceira posição a universidade de Coimbra. Em 4º lugar temos as universidades do Porto e de Évora. As universidades Aberta e a de Trás-os-Montes e Alto Douro encontram-se mais ou menos a par, seguidas da universidade de Aveiro com, aproximadamente, 23 indicadores de desempenho divulgados por ano.

Conforme já referido anteriormente a universidade dos Açores não foi alvo de qualquer análise. Para a universidade da Beira Interior só foi possível a averiguação de indicadores de desempenho para o ano 2011, constatando-se que o número de indicadores divulgados num universo de 45 é de apenas 22. Apesar da inexistência de documentos para o ano 2013 referentes às universidades do Algarve e da Madeira verificamos, pelo comportamento dos 3 anos analisados, que estas são as que menos divulgam. Relativamente à universidade de Lisboa, apesar de só ter sido possível analisar o ano 2013, verificamos que dos 45 indicadores de desempenho analisados esta divulga 28.

Tabela 4 – Divulgação de indicadores de desempenho obrigatórios e voluntários

UPP	Número total de indicadores de desempenho			
	2010	2011	2012	2013
Universidade Aberta	26	22	29	30
Universidade dos Açores	0	0	0	0
Universidade do Algarve	17	18	18	0
Universidade de Aveiro	22	21	24	24
Universidade da Beira Interior	0	22	0	0
Universidade de Coimbra	35	30	32	27
Universidade de Évora	31	34	32	25
Universidade de Lisboa	0	0	0	28
Universidade da Madeira	16	17	16	0
Universidade do Minho	36	36	30	36
Universidade Nova de Lisboa	35	28	28	35
Universidade do Porto	29	29	30	34
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	21	28	31	28

Na tabela 5 resumimos a informação recolhida sobre o número de indicadores voluntários que cada universidade divulga (informação constante no anexo 1) e podemos verificar que as universidades de Coimbra, do Porto, de Aveiro, do Minho e a Nova de Lisboa são as que mais divulgam os indicadores voluntários analisados. Constatamos que só as universidades que se encontram classificadas até à posição 500 de um determinado *ranking* fazem referência a este indicador nos respetivos relatórios de gestão e/ou atividades (informação constante no anexo 2). A universidade Aberta é a única que faz referência ao indicador voluntário localização geográfica para os anos

2012 e 2013 . A divulgação de patentes é geralmente feita por todas as universidades. As universidades que se encontram a sombreado na tabela 5 e conforme já referido na tabela 2 não foram analisadas por falta de acesso aos documentos que suportam este estudo.

Tabela 5 – Divulgação de indicadores voluntários

UPP	Número total de indicadores de desempenho voluntários			
	2010	2011	2012	2013
Universidade Aberta	0	0	1	1
Universidade dos Açores	0	0	0	0
Universidade do Algarve	0	0	0	0
Universidade de Aveiro	1	1	2	2
Universidade da Beira Anterior	0	1	0	0
Universidade de Coimbra	2	2	2	2
Universidade de Évora	1	2	1	1
Universidade de Lisboa	0	0	0	2
Universidade da Madeira	0	0	0	0
Universidade do Minho	1	1	2	2
Universidade Nova de Lisboa	2	2	1	1
Universidade do Porto	2	2	2	2
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	1	1	1	1

Em face dos resultados apresentados, a resposta à questão de investigação 1 – as UPP divulgam os indicadores de desempenho impostos por lei? – é a de que as UPP para as quais tivemos acesso aos relatórios de gestão e/ou de atividades divulgam, apesar de em percentagens diferentes, os indicadores de desempenho impostos por lei. No que respeita à questão de investigação 2 – as UPP divulgam informação sobre o desempenho para além do que é obrigatório (divulgação voluntária)? – verificamos que as UPP também divulgam alguns indicadores de desempenho de carácter voluntário.

De acordo com o gráfico 6 e a informação constante no anexo 2 o número de estudantes entre 2010 e 2011 têm um comportamento ascendente, com exceção das universidades Aberta e de Évora onde se verificou um ligeiro decréscimo. No entanto entre 2011 e 2012 o panorama alterou-se para todas as UPP, verificando-se uma diminuição considerável no número total de estudantes a frequentar estas instituições. Esta tendência descendente manteve-se para o ano 2013, onde só se verifica uma ligeira subida na universidade do Minho e na universidade Nova de Lisboa. Por falta de dados nos anos 2010, 2011 e 2012 não fazem parte da nossa análise da dimensão as universidades dos Açores, da Beira Interior e de Lisboa. No ano 2013, para além destas, também não fazem parte as universidades do Algarve e da Madeira.

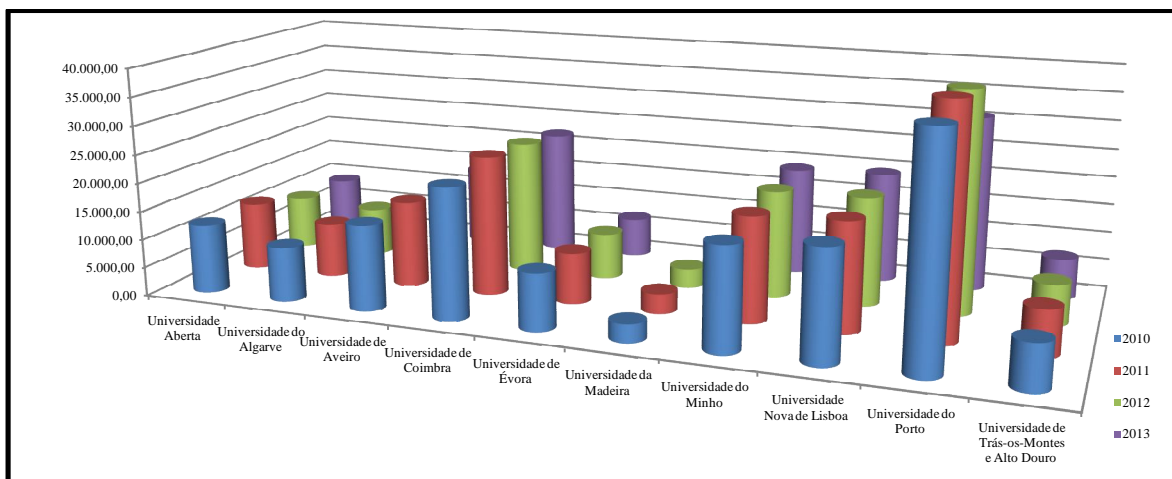


Gráfico 6 – Dimensão das UPP para os anos 2010, 2011, 2012 e 2013

Conforme já referido anteriormente e a informação constante do gráfico 7, houve restrições orçamentais que tiveram como impacto a diminuição das verbas do orçamento do Estado disponibilizadas às UPP. O financiamento obtido pelas UPP através do orçamento de Estado sofreu um grande impacto entre 2010 e 2011, sendo que as universidades Aberta, de Évora e do Minho foram quem menos sentiram essa diferença. Entre 2011 e 2012 o panorama manteve-se, ou seja, as transferências provenientes do Estado continuaram em declínio para todas as universidades, no entanto as que menos notaram a contração das transferências foram as universidades do Algarve e da Madeira, sobressaindo contudo um ligeiro aumento nas verbas atribuídas à universidade Aberta. Em 2013 o quadro inverteu-se, as verbas transferidas pelo Estado para as UPP aumentaram. Somente para a universidade do Minho apesar de não ser significativa é que o financiamento continuou em queda. Esperemos que isto seja um sinal de uma maior confiança por parte do Estado, no sentido em que se disponibiliza mais verbas é porque sabe que, os dinheiros públicos estão a ser bem direcionados e ao apostar em áreas essenciais ao desenvolvimento da sociedade como é o caso do ensino existe uma componente de retorno desse mesmo investimento associada. Consequentemente estamos a formar um quadro de pessoal com qualidades e competências de modo a fazer face às exigências do meio envolvente e a responder cada vez mais e melhor às necessidades de mercado.

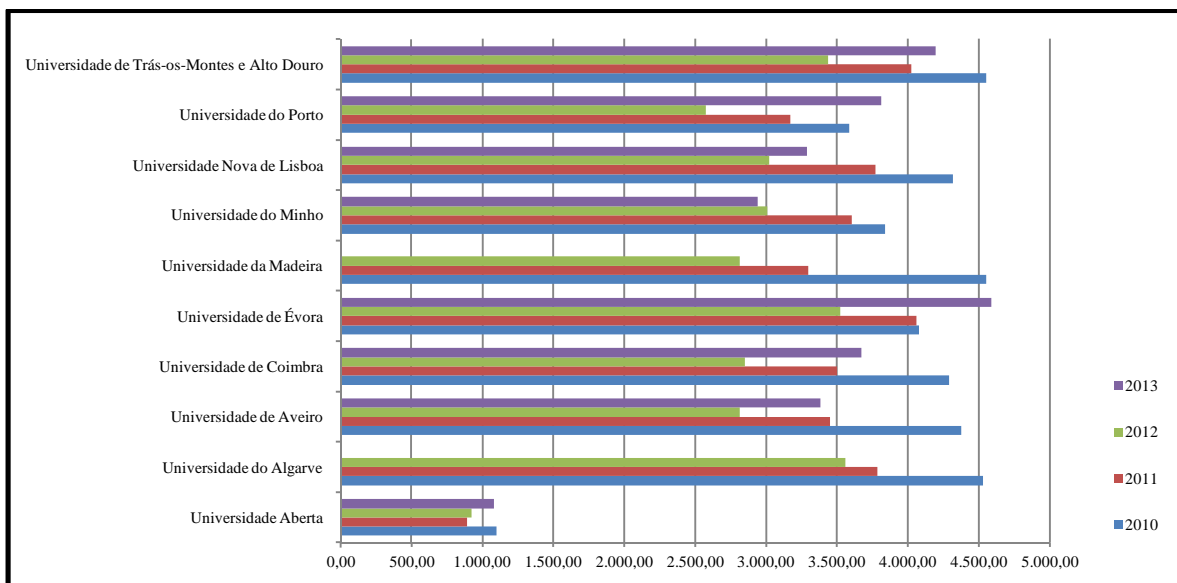


Gráfico 7 – Financiamento por parte do OE Per/capita

O gráfico 8 dá-nos a evolução das transferências obtidas através de outras fontes de financiamento, que não sejam as do orçamento de Estado. Como era de esperar, uma vez que houve uma redução nas transferências do orçamento de Estado, as UPP muniram-se de outras ferramentas para conseguirem fazer face aos seus compromissos, refletindo-se no comportamento ascendente da obtenção de outras receitas conforme podemos observar no gráfico 8.

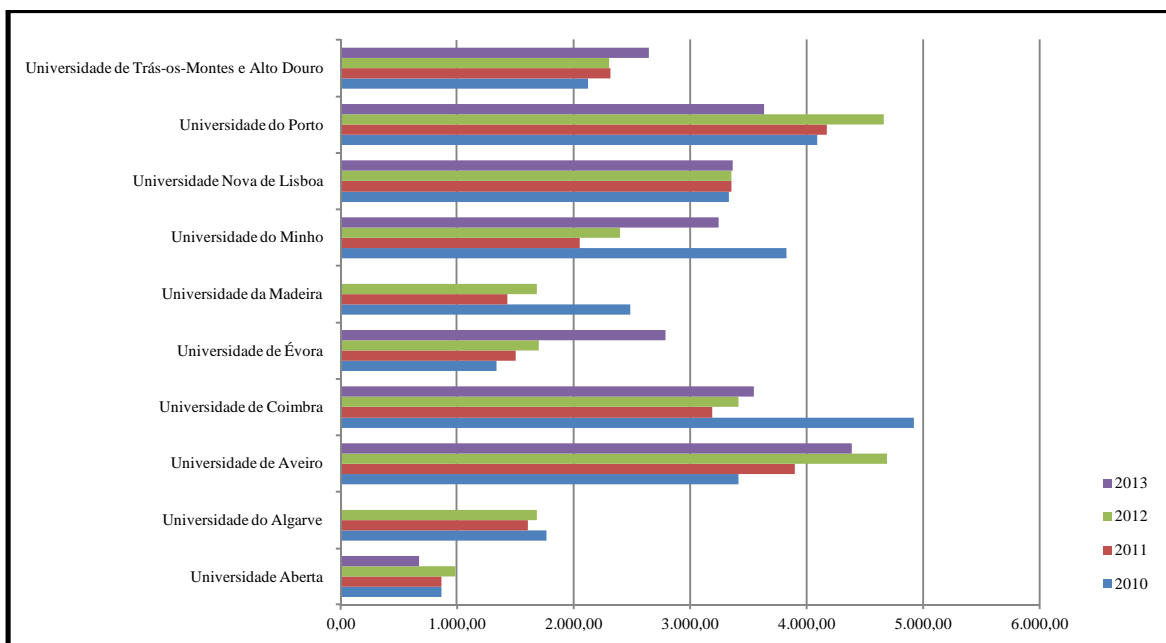


Gráfico 8 – Financiamento de outras fontes de financiamento Per/capita

Ainda de acordo com o gráfico 8, verificou-se que entre o período de 2010 e 2011 existiu uma redução das verbas obtidas através de outras fontes de financiamento para as universidades do Algarve, de Coimbra, da Madeira, do Minho e Aberta, nesta última a redução foi tão insignificante

que nem chega a ser perceptível graficamente enquanto que, as universidades de Aveiro, de Évora, Nova de Lisboa, do Porto e de Trás-os-Montes e Alto Douro captaram maior investimento. Entre 2011 e 2012 o quadro da obtenção de outras fontes de financiamento foi positivo para todas as universidades com exceção da universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro que não conseguiu manter o nível de captação de outras fontes de financiamento, como ainda, sofreu um ligeiro declínio. Para as universidades analisadas em 2013 verificou-se que a Aberta, a de Aveiro e a do Porto voltaram a captar menor financiamento face ao ano anterior, contudo, as universidades de Coimbra, de Évora, do Minho, Nova de Lisboa e de Trás-os-Montes e Alto Douro permaneceram no registo ascendente.

4.2 Resultados da regressão múltipla

Com vista a identificar se as variáveis independentes influenciam a variável dependente - índice de divulgação de indicadores de desempenho (Id_{it}) apresentou-se o modelo descrito na secção 3.7. Na análise, conforme tabela 6, foram considerados sete modelos uma vez que pretendemos aumentar a utilidade do modelo. Neste sentido e de modo a aferir este propósito, no modelo A foram consideradas todas as variáveis independentes tal como descrito na secção 3.7. Nos modelos B, C, D, E, F e G de modo a analisarmos o impacto que cada variável apresenta isoladamente para a explicação do Id_{it} foram consideradas, respetivamente, a variável dimensão - Dim_{it} ; a variável financiamento obtido através do orçamento de Estado - FOE_{it} ; a variável financiamento obtido através de outras fontes de financiamento - FOF_{it} ; a variável posição do *ranking web of universities* - RKW_{it} ; a variável posição do *ranking times higher education* - RKY_{it} ; e a variável vagas preenchidas - VP_{it} .

Na tabela 6 apresentam-se os resultados da análise à regressão múltipla com base no método dos mínimos quadrados (MMQ).

Tabela 6 – Resultados do modelo de regressão múltipla

Variáveis independentes	Sinal esperado	Modelo A	Modelo B	Modelo C	Modelo D	Modelo E	Modelo F	Modelo G
		Coefficiente (t-statistic)	Coefficiente (t-statistic)	Coefficiente (t-statistic)	Coefficiente (t-statistic)	Coefficiente (t-statistic)	Coefficiente (t-statistic)	Coefficiente (t-statistic)
<i>Const</i>		2,566 0,016**	12,948 <0,00001***	7,719 <0,00001***	9,462 <0,00001***	22,898 <0,00001***	23,369 <0,00001***	2,477 <0,01871**
<i>Dim_{it}</i>	+	0,471 0,642	3,233 0,00262***					
<i>FOE_{it}</i>	+	0,926 0,363		-0,249 0,805				
<i>FOF_{it}</i>	+	0,225 0,823			1,778 0,0838*			
<i>RKW_{it}</i>	+	2,471 0,020**				4,159 0,00019***		
<i>RKY_{it}</i>	+	-0,594 0,558					0,905 0,371	
<i>VP_{it}</i>	+	-1,149 0,261						0,269 0,789
R ² ajustado		0,271	0,203	-0,026	0,055	0,306	-0,005	-0,029
Estatística F		3,04239						

Nota:

- a) *** Nível de significância de 1%; ** Nível de significância de 5% e * Nível de significância de 10%.

Para o modelo A o coeficiente de determinação R^2 ajustado é de 27,10%, o que significa que a variação ocorrida nas variáveis incluídas na estimação deste modelo apenas explica em 27,10% as variações ocorridas no índice de divulgação de indicadores de desempenho. Pelo exposto, este modelo parece ter pouco poder explicativo. Assim, depreende-se que explicar a divulgação de indicadores de desempenho recorrendo ao conjunto de variáveis utilizadas, não será, de todo, suficiente para explicar tal variação. Os resultados obtidos para o modelo A indicam que apenas a variável RKW_{it} é estatisticamente significativa com um nível de confiança de 5%, sendo ainda a que tem maior contribuição individual (2,471).

Os resultados do modelo B indicam que a variável Dim_{it} , apresenta o sinal positivo conforme era esperado, e um nível de significância estatística de 1%, existindo assim uma boa correlação, isto porque quanto mais próximo o coeficiente estiver de -1 ou +1, mais forte é a correlação. Assim, quanto maior for a dimensão de uma UPP maior será o seu índice de divulgação de indicadores de desempenho, ou seja, a dimensão influencia, positivamente, o índice de divulgação de indicadores de desempenho das UPP. Estes resultados vão de encontro aos dos obtidos nos estudos de Jacinto (2012) e de Maingot & Zeghal (2008). O modelo B explica em 20,30% as variações ocorridas na variável dependente.

Ao analisarmos os do modelo D verificamos que indicam que a variável FOF_{it} apresenta o sinal esperado e um nível de significância estatística de 10%. O modelo D explica em 5,50% as variações ocorridas na variável dependente.

O modelo E mostra que a variável independente RKW_{it} é estatisticamente significativa ao nível de 1%, sendo que apresenta um poder explicativo das variações ocorridas na divulgação de

indicadores de desempenho de 30,60%, continuando a ser a variável que maior poder explicativo tem, quer em conjunto com todas as variáveis, quer isoladamente. Relativamente às variáveis FOE_{it} , RKY_{it} e VP_{it} verificamos que não têm qualquer poder explicativo, uma vez que não apresentam qualquer nível de significância.

Assim, em conformidade com os resultados obtidos, corroboramos a hipótese H_1 – a dimensão da universidade influencia positivamente o nível de divulgação dos indicadores de desempenho – dado que a variável dimensão no modelo B apresenta um nível de significância de 1% e sinal positivo.

Quanto à variável financiamento proveniente do orçamento de Estado não foi verificado nenhum nível de significância, ao contrário do esperado, foi verificada uma associação negativa entre esta e o índice de divulgação de indicadores de desempenho. Assim, a hipótese H_2 – o nível de financiamento proveniente do orçamento de Estado influencia positivamente o nível de divulgação dos indicadores de desempenho – não é corroborada.

De acordo com o modelo D o índice de divulgação de indicadores de desempenho é influenciado pela variável financiamento proveniente de outras fontes de financiamento, uma vez que esta variável apresenta um nível de significância estatística de 10% e o sinal positivo, conforme esperado, podendo assim a hipótese H_3 – o nível de financiamento proveniente de outras fontes de financiamento influencia positivamente o nível de divulgação dos indicadores de desempenho – ser corroborada.

Considerando os resultados dos modelos A, E e F, sendo eles contraditórios, podemos concluir que nem todos os *rankings* influenciam a divulgação de indicadores de desempenho e, por essa razão, não corroboramos a hipótese H_4 – o facto de uma UPP constar num *ranking* influencia positivamente a divulgação de um maior número de indicadores de desempenho.

Atendendo aos resultados obtidos para os modelos A e G também não corroboramos a hipótese H_5 – a percentagem de vagas preenchidas influencia positivamente a divulgação de um maior número de indicadores de desempenho.

A resposta à questão de investigação 3 – existindo diferentes níveis de divulgação, quais os fatores que poderão influenciar esse nível de divulgação das UPP? é respondida após análise dos resultados obtidos pelo modelo de regressão múltipla, ou seja, concluímos que os fatores que influenciam o nível de divulgação dos indicadores de desempenho nas UPP são: a dimensão, o financiamento proveniente de outras fontes de financiamento e o *ranking web of universities*.

5

CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E TRABALHO FUTURO

5.1 Conclusões

A finalidade desta dissertação era responder ao problema colocado na seção 3.1, isto é, verificar quais os fatores que influenciam a divulgação dos indicadores de desempenho pelas UPP no relatório de gestão. O contributo da revisão da literatura foi fundamental, uma vez que permitiu uma maior perceção sobre a importância dos indicadores de desempenho para as IES e para os diversos *stakeholders*, bem como nos permitiu desenhar o modelo para estudar os fatores que têm influência na divulgação desses indicadores por parte das UPP. A análise de conteúdos e a formulação do modelo referenciado na seção 3.7 permitiu-nos assim, responder às questões de investigação e às hipóteses colocadas nas seções 3.2 e 3.3 respetivamente.

Com recurso à amostra das UPP aferimos que nem todas as universidades disponibilizam nos seus sites o relatório de gestão e/ou de atividades. Neste sentido não foi então possível a análise de todas as UPP para os anos em estudo, ou seja, 2010, 2011, 2012 e 2013 e, como tal, as que não disponibilizam essa informação não foram consideradas na amostra. O cálculo do índice de divulgação foi suportado em informação constante do relatório de gestão e, quando este não estava disponível, no relatório de atividades. Apesar de não se ter verificado a divulgação de todos os indicadores de desempenho nos relatórios de gestão e/ou de atividades, por parte das UPP, constatou-se, em termos gerais, uma presença considerável dos mesmos.

Com base na análise aos resultados relativos ao índice de divulgação respondemos às questões de investigação 1 e 2. As UPP para as quais tivemos acesso aos relatórios de gestão e/ou de atividades divulgam, apesar de em percentagens diferentes, os indicadores de desempenho impostos por lei e também divulgam alguns indicadores de desempenho de carácter voluntário.

Concluímos através da análise à regressão múltipla que o modelo A onde foram consideradas todas as variáveis não tem um elevado poder explicativo, uma vez que, das 6 variáveis testadas só uma se apresenta estatisticamente significativa, sendo ela, a variável *ranking web of universities*. Os resultados dos modelos B e D corroboraram as hipóteses H_1 e H_3 respetivamente.

Assim e de acordo com o exposto, podemos concluir que faz sentido investigar o problema identificado na seção 3.1., pelo facto de termos constatado que existem determinadas variáveis que influenciam a divulgação dos indicadores de desempenho nos relatórios de gestão.

Concluímos assim que cada vez mais se torna imprescindível medir o desempenho nas UPP. Os indicadores de desempenho, tendo por base a *accountability*, podem assim ser vistos como uma ferramenta impulsionadora para a eficácia e a eficiência da gestão das UPP.

5.2 Limitações

Na realização deste estudo enfrentamos algumas dificuldades que importam referir. Em primeiro lugar, o modo como a informação é disponibilizada nos sites das universidades. Em segundo e não menos importante, uma vez que se tratam de UPP, a informação deveria estar acessível a qualquer parte interessada, situação que não se verificou, querendo isto dizer que alguns dos sites consultados não disponibilizam a informação em formato digital. Tal facto tornou-se uma dificuldade à obtenção da informação sobre algumas UPP, uma vez que, implicava que me deslocasse ao Tribunal de Contas para consulta em papel.

Reconhecemos que poderão ter limitado o nosso estudo os seguintes fatores: o facto de termos analisado somente o período de 2010 a 2013; a não consideração de todo o universo do ensino superior público, pelo facto de não dispormos de todos os documentos que suportaram a nossa análise e o singimento aos relatórios de gestão e/ou atividades das UPP, uma vez que, o propósito do nosso estudo era aferir se a informação imposta por lei constava dos mesmos.

Outra limitação que poderá ter condicionado os nossos resultados foi a escolha de determinadas variáveis em prol de outras.

Os nossos resultados poderão ter sido influenciados pela insuficiência de indicadores de cariz voluntário, bem como, pelo número de indicadores analisados.

5.3 Desenvolvimentos futuros

Assim, como sugestão para um possível trabalho futuro, seria interessante aferir se a escolaridade dos responsáveis pela preparação da informação financeira divulgada nos relatórios de gestão e/ou de atividades das UPP influencia o nível de divulgação de indicadores de desempenho.

Uma vez que os modelos obtidos através do programa Gretl não reuniram consenso nos níveis de significância, seria interessante estudar outras variáveis que poderão influenciar o nível de indicadores de desempenho divulgados nos relatórios de gestão e/ou de atividades das UPP.

Este estudo teve como contributo reforçar a importância que a informação de desempenho tem actualmente. Neste sentido, em estudos futuros poderão expandir a lista de indicadores de desempenho a analisar, obrigatórios, mas acima de tudo voluntários e engrandecerem a recolha de dados através de outras fontes.

BIBLIOGRAFIA

- Armstrong, A. (1998). A Comparative Analysis : New Public Management - The Way Ahead ? *Australian Journal of Public Administration*, 57(2), 12–24.
- Armstrong, E. (2005). Integrity, transparency and accountability in public administration: Recent trends, regional and international developments and emerging issues. *Economic & Social Affairs*. United Nations.
- Arnaboldi, M., & Azzone, G. (2010). Constructing performance measurement in the public sector. *Critical Perspectives on Accounting*, 21(4), 266–282. doi:10.1016/j.cpa.2010.01.016.
- Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas. (2002). *Un sistema de Indicadores de Gestión para los Ayuntamientos*. Madrid: AECA.
- Azma, F. (2010). Qualitative Indicators for the evaluation of universities performance. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 2(2), 5408–5411. doi:10.1016/j.sbspro.2010.03.882.
- Bingham, L. B., Nabatchi, T., & O’Leary, R. (2005). The New Governance : Practices and processes for stakeholder and citizen participation in the work of government. *Public Administration Review*, 65(5), 547–558. doi:10.1111/j.1540-6210.2005.00482.x.
- Bovens, M. (2010). Two Concepts of Accountability: Accountability as a Virtue and as a Mechanism. *West European Politics*, 33(5), 946–967.
- Buckley, J. (2003). E-service quality and the public sector. *Managing Service Quality*, 13(6), 453–462. doi:10.1108/09604520310506513.
- Burke, J. C. (1998). Performance Funding Indicators : Concerns , Values , and Models for State Colleges and Universities. *New Directions for Institutional Research*, 1998(97), 49–60.
- Camara, P. A. da, Guerra, P. B., & Rodrigues, J. V. (1997). *Novo Humator Recursos Humanos e Sucesso Empresarial*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Chalmers, D. (2008). *Indicators of university teaching and learning quality*. Australia: The Australian Learning and Teaching Council.
- Connolly, C., & Hyndman, N. (2004). Performance reporting: a comparative study of British and Irish charities. *The British Accounting Review*, 36(2), 127–154. doi:10.1016/j.bar.2003.10.004.
- Council of Ministers of Education. (1999). *A Report on Public Expectations of Postsecondary Education in Canada*. Canada.
- Darling, A. L., England, M. D., Lang, D. W., & Lopers-Sweetman, R. (1989). Autonomy and control: a university funding formula as an instrument of public policy. *Higher Education*, 18(5), 559–583.
- Dunleavy, P., Margetts, H., Bastow, S., & Tinkler, J. (2005). New Public Management Is Dead - Long Live Digital-Era Governance. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 16(3), 467–494. doi:10.1093/jopart/mui057.
- Elliott, D. S., Levin, S. L., & Meisel, J. B. (1988). Measuring the economic impact of institutions of higher education. *Research in Higher Education*, 28(1), 17–33.
- Ewell, P. T., & Jones, D. P. (1994). Pointing the Way: Indicators as Policy Tools in Higher Education. In Sandra S. Ruppert (Ed.), *Charting Higher Education Accountability: A Sourcebook on State-Level Performance Indicators* (pp. 6–16). Denver, Colorado: Education Commission of the States. Disponível em <http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED375789.pdf>.
- Finger M.; Ruchat B. (1997). *Pour une nouvelle approche du management public, réflexions autour de Michel Crozier*. Paris: Edition Seli Arslan, 1997.
- Frokjaer, E., Hertzum, M., & Hornbaek, K. (2000). Measuring Usability : Are Effectiveness , Efficiency , and Satisfaction Really Correlated? In *Proceedings of the SIGCHI conference on Human factors in computing systems*, pp. 345–352.
- Gordon, T., Fischer, M., Malone, D., & Tower, G. (2002). A comparative empirical examination of extent of disclosure by private and public colleges and universities in the United States. *Journal of Accounting and Public Policy*, 21(3), 235–275.
- Grateron, I. R. G. (1999). Auditoria de Gestão : Utilização de Indicadores de Gestão no Setor Público. *Caderno de estudos*, (21), 1–18.

- Guarino, C., Ridgeway, G., Chun, M., & Buddin, R. (2005). Latent Variable Analysis: A New Approach to University Ranking. *Higher Education in Europe*, 30(2), 147–165. doi:10.1080/03797720500260033.
- Guthrie, J., & Neumann, R. (2007). Economic and non-financial performance indicators in universities. *Public Management Review*, 9(2), 231–252. doi:10.1080/14719030701340390.
- Guthrie, J., & Parker, L. D. (1989). Corporate Social Reporting: A Rebuttal of Legitimacy Theory. *Accounting and Business Research*, 19(76), 343–352. doi:10.1080/00014788.1989.9728863.
- Haniffa, R. M., & Cooke, T. E. (2005). The impact of culture and governance on corporate social reporting. *Journal of Accounting and Public Policy*, 24(5), 391–430. doi:10.1016/j.jaccpubpol.2005.06.001.
- Herdlein, R., Kukemelk, H., & Türk, K. (2008). A survey of academic officers regarding performance appraisal in Estonian and American universities. *Journal of Higher Education Policy and Management*, 30(4), 387–399. doi:10.1080/13600800802383067.
- Hood, C. (1991). A Public Management for All Seasons? *Public Administration*, 69(1), 3–19.
- Hortale, V. A., & Mora, J. (2004). Tendências das reformas da educação superior na Europa no contexto do processo de Bolonha. *Educação & Sociedade*, 25(88), 937–960.
- Hüfner, K. (2003). Higher Education as a Public Good: Means and Forms of Provision. *Higher Education in Europe*, 28(3), 339–348. doi:10.1080/0379772032000120007.
- Huisman, J., & Currie, J. (2004). Accountability in higher education: Bridge over troubled water? *Higher Education*, 48(4), 529–551. Disponível em <http://link.springer.com/article/10.1023/B:HIGH.0000046725.16936.4c>.
- Jacinto, J. M. Q. (2012). “A importância do relatório de gestão na divulgação dos indicadores de desempenho: o caso dos institutos politécnicos portugueses.” Escola superior de tecnologia e gestão - Instituto politécnico de Leiria.
- Jackson, S. A., & Lunenburg, F. C. (2010). School Performance Indicators , Accountability Ratings , and Student Achievement. *American Secondary Education*, 39(1), 27–44.
- Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the Firm: Managerial Behaviour, Agency Costs and Ownership Structure. *Journal of Financial Economics*, 3(4), 305–360. doi:10.1016/0304-405x(76)90026-x.
- Jones, L., & Kettl, D. (2006). Assessing Public Management Reform Strategy in an International Context. *Comparative Public Administration (Research in Public Policy Analysis and Management, Volume 15)*, Emerald Group Publishing Limited, 15, 883–904.
- Kaplan, R. S., & Norton, D. P. (1996). Using the Balanced Scorecard as a Strategic Management System. *Harvard Business Review*, (February 1996), 75–86.
- Katharakis, M., & Katharakis, G. (2010). A comparative assessment of Greek universities’ efficiency using quantitative analysis. *International Journal of Educational Research*, 49(4-5), 115–128. doi:10.1016/j.ijer.2010.11.001.
- Kaufman, R. (1988). Preparing Useful Performance Indicators. *Training and development journal*, 42(9), 80 – 83.
- Kissler, L., & Heidemann, F. G. (2006). Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? *Revista de Administração Pública*, 40(3), 479–499. doi:10.1590/S0034-76122006000300008.
- Layzell, D. T., & Caruthers, J. K. (1995). Performance Funding at the State Level : Trends and Prospects. ASHE Annual Meeting Paper.
- Lewis, D. R., Hendel, D. D., & Kallsen, L. (2007). Performance Indicators as a Foundation of Institutional Autonomy: Implications for Higher Education Institutions in Europe. *Tertiary Education and Management*, 13(3), 203–226. doi:http://dx.doi.org/10.1080/13583880701502158.
- Maingot, M., & Zeghal, D. (2008). An Analysis of Voluntary Disclosure of Performance Indicators by Canadian Universities. *Tertiary Education and Management*, 14(4), 269–283. doi:10.1080/13583880802481666.
- Mann, S. L. (2011). Using findings from the performance appraisal literature to inform the evaluation of students in higher education. *Canadian Journal of Higher education*, 41(2), 1–9.
- Meyer, J. W., & Rowan, B. (1977). Institutionalized Organizations: Formal Structure as Myth and Ceremony. *American Journal of Sociology*, 83(2), 340–363. doi:10.1086/226550.

- Nedwek, B. P., & Neal, J. E. (1994). Performance indicators and rational management tools: A comparative assessment of projects in North America and Europe. *Research in Higher education*, 35(1), 75–103. Disponível em <http://link.springer.com/article/10.1007/BF02496663>.
- Novo, Ó. R. (2013). *Indicadores para entidades sin fines lucrativos: El caso de la Fundación Gas Natural Fenosa*. Universidad de Oviedo.
- Osborne, S. P. (2006). The New Public Governance? *Public Management Review*, 8:3, 377–387. doi:10.1080/14719030600853022.
- Peci, A., Pieranti, O. P., & Rodrigues, S. (2008). Governança e New Public Management: convergências e contradições no contexto brasileiro. *Organizações & Sociedade*, 15(46).
- Peters, B. G., & Pierre, J. (1998). Governance without Government? Rethinking Public Administration. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 8(2), 223–243.
- Pollitt, C., & Bouckaert, G. (2004). *Public Management Reform: A Comparative Analysis*. Oxford. Disponível em <http://www.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=rei8DGQQooc&pgis=1>.
- Popova, V., & Sharpanskykh, A. (2010). Modeling organizational performance indicators. *Information Systems*, 35(4), 505–527. doi:10.1016/j.is.2009.12.001.
- Proeller, I., Siegel, J., & Kroll, A. (2010). Explaining the use of performance Information by public managers: The impact of external Pressure, capacity, and control. In *International Research Society for Public Management* (p. April 7–9). Berne, Switzerland: Conference of The International Research Society for Public Management.
- Rhodes, R. A. W. (1996). The new governance: Governing without government. *Political Studies*, 44(4), 652–667. doi:10.1111/j.1467-9248.1996.tb01747.x.
- Rodrigues, M. A. V., & Araújo, J. F. F. E. de. (2005). A nova gestão pública na governação local.
- Rowe, K. (2004). *Analysing and Reporting Performance Indicator Data: 'Caress' the data and user beware!* Disponível em http://research.acer.edu.au/learning_processes/13.
- Sahai, A., & Graupner, S. (2005). *Web Services in the Enterprise: Concepts, Standards, Solutions, and Management*. Boston: Springer US.
- Sandinford, J. R., & Montoya, R. (2005). Faculty Commitment to Performance Based Funding for Academic Programs. In *Annual Forum of the Association for Institutional Research* (p. 39). San Diego, CA. Disponível em <http://eric.ed.gov/?id=ED491038>.
- Sano, H., & Abrucio, F. L. (2008). Promessas e Resultados da Nova Gestão Pública no Brasil : O caso das organizações Sociais de Saúde em São Paulo, 48(0034-7590).
- Spence, M. (1973). Job Market Signaling. *The Quarterly Journal of Economics*, 87(3), 355–374. doi:10.2307/1882010.
- Tavenas, F. (2003). A Reference System for Indicators and Evaluation Procedures. *Internetinis adresas: http://www.eua.be/fileadmin/user_upload/files/EUAI_documents/ELU_EN_1082_042243703*.
- Tooley, S., & Guthrie, J. (2004). *Annual External Reporting by New Zealand Secondary Schools: An Assessment of Accountability Disclosures*. Australian Council for Educational Research. Sidney.
- Trubek, D. M., & Trubek, L. G. (2007). New Governance & Legal Regulation : Complementarity , Rivalry , and Transformation. *Columbia Journal of European Law*.
- Vašiček, V., Lutitsky, I. D., & Dragija, M. (2014). THE POSSIBILITY OF DEVELOPMENT OF FINANCIAL INDICATORS AT HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS – CROATIAN. *Global Conference on Business and Finance Proceedings*, 9(1).
- Wall, A., & Martin, G. (2003). The disclosure of key performance indicators in the public sector. *Public Management Review*, 5(4), 491–509. doi:10.1080/1471903032000178554.
- Watson, A., Shrives, P., & Marston, C. (2002). Voluntary Disclosure of Accounting Ratios in the UK. *The British Accounting Review*, 34(4), 289–313. doi:10.1006/S0890-8389(02)00077-X.
- Watts, R. L., & Zimmerman, J. L. (1978). Towards a positive theory of the determination of accounting standards. *The Accounting Review*, 53(1), 112–134. doi:10.2307/245729.
- Watts, T., McNair, C. J., & Baard, V. (2010). From Inception to Inertia-An Institutional Perspective of a Public Accountability Measure. *Australasian Accounting Business & Finance Journal*, 4(1), p6–28. 23p. 9 Charts.

ANEXO 1

Índice de divulgação dos indicadores de desempenho nos relatórios de gestão/atividades da Universidade Aberta para os anos 2010, 2011, 2012 e 2013

Universidade Aberta	Relatório de gestão e contas/atividades			
	Ano			
	2010	2011	2012	2013
Indicadores Obrigatórios				
a relação padrão pessoal docente/estudante				
número de pessoal docente	1	1	1	1
número de estudantes	1	1	1	1
a relação padrão pessoal docente/pessoal não docente				
número de pessoal docente	1	1	1	1
número de pessoal não docente	1	1	1	1
incentivos à qualificação do pessoal docente e não docente				
disponibilização de novas tecnologias	0	0	1	1
ações de mobilidade	0	0	0	0
formação	1	0	1	1
master-classes	0	0	0	0
conferências	1	0	1	1
colóquio/fórum/congresso	0	0	1	1
os indicadores de qualidade do pessoal docente de cada instituição				
docentes com doutoramento	1	0	0	1
avaliação do desempenho docente				
ensino				
inquérito	0	0	1	1
resultados obtidos pelos estudantes	0	0	0	0
cargos de gestão	0	0	0	0
investigação				
publicações por docente	0	0	0	0
revistas/artigos	1	1	1	1
livros	1	1	1	1
capítulos de livros	1	1	1	1
criação cultural	1	1	1	1
os indicadores de eficiência pedagógica dos cursos				
número de departamento	1	0	1	1
número de cursos	1	1	1	1
% diplomados	1	1	1	1
taxa de colocação	0	0	0	0
taxa de retenção	0	0	0	0
taxa de aprovação	0	0	0	0
taxa de emprego	0	0	0	0
os indicadores de eficiência científica dos cursos de mestrado e doutoramento				
número de mestrados	1	1	1	1
número de doutorados	1	1	1	1
os indicadores de eficiência de gestão das instituições				
liquidez				
liquidez geral	1	1	1	1
liquidez imediata	1	1	1	1
estrutura financeira	1	1	1	1
endividamento				
autonomia financeira	1	1	1	1
solvabilidade	1	1	1	1
rentabilidade				
rentabilidade do Ativo Líquido	1	1	1	1
rentabilidade dos Capitais Próprios	1	1	1	1
a classificação de mérito resultante da avaliação do curso/instituição				
prestígio/média curso	0	0	0	0
custo por aluno	0	0	0	0
taxa de sucesso escolar	0	0	0	0
a estrutura orçamental, traduzida na relação entre despesas de pessoal e outras despesas de funcionamento				
custos com pessoal	1	1	1	1
outros fornecimentos e serviços externos	1	1	1	1
a classificação de mérito das unidades de investigação				
número de publicações por docente	0	0	0	0
número de publicações totais	1	1	1	1
Indicadores voluntários				
Localização geográfica	0	0	1	1
Patentes	0	0	0	0
Ranking	0	0	0	0

Índice de divulgação dos indicadores de desempenho nos relatórios de gestão/atividades da Universidade do Algarve para os anos 2010, 2011, 2012 e 2013

Universidade do Algarve	Relatório de gestão e contas/atividades			
	Ano			
	2010	2011	2012	2013
Indicadores Obrigatórios				
a relação padrão pessoal docente/estudante				
número de pessoal docente	1	1	1	-
número de estudantes	1	1	1	-
a relação padrão pessoal docente/pessoal não docente				
número de pessoal docente	1	1	1	-
número de pessoal não docente	1	1	1	-
incentivos à qualificação do pessoal docente e não docente				
disponibilização de novas tecnologias	0	1	1	-
ações de mobilidade	1	1	0	-
formação	1	1	1	-
master-classes	0	0	0	-
conferências	0	0	0	-
colóquio/fórum/congresso	0	0	0	-
os indicadores de qualidade do pessoal docente de cada instituição				
docentes com doutoramento	1	1	1	-
avaliação do desempenho docente				
ensino				
inquérito	0	0	0	-
resultados obtidos pelos estudantes	0	0	0	-
cargos de gestão	0	0	0	-
investigação				
publicações por docente	0	0	0	-
revistas/artigos	0	0	0	-
livros	0	0	0	-
capítulos de livros	0	0	0	-
criação cultural	0	0	0	-
os indicadores de eficiência pedagógica dos cursos				
número de departamento	1	1	1	-
número de cursos	0	0	1	-
% diplomados	0	0	0	-
taxa de colocação	0	0	0	-
taxa de retenção	0	0	0	-
taxa de aprovação	0	0	0	-
taxa de emprego	0	0	0	-
os indicadores de eficiência científica dos cursos de mestrado e doutoramento				
número de mestrados	0	0	0	-
número de doutorados	0	0	0	-
os indicadores de eficiência de gestão das instituições				
liquidez				
liquidez geral	1	1	1	-
liquidez imediata	1	1	1	-
estrutura financeira	1	1	1	-
endividamento				
autonomia financeira	1	1	1	-
solvabilidade	1	1	1	-
rentabilidade				
rentabilidade do Ativo Líquido	1	1	1	-
rentabilidade dos Capitais Próprios	1	1	1	-
a classificação de mérito resultante da avaliação do curso/instituição				
prestígio/média curso	0	0	0	-
custo por aluno	0	0	0	-
taxa de sucesso escolar	0	0	0	-
a estrutura orçamental, traduzida na relação entre despesas de pessoal e outras despesas de funcionamento				
custos com pessoal	1	1	1	-
outros fornecimentos e serviços externos	1	1	1	-
a classificação de mérito das unidades de investigação				
número de publicações por docente	0	0	0	-
número de publicações totais	0	0	0	-
Indicadores voluntários				
Localização geográfica	0	0	0	-
Patentes	0	0	0	-
Ranking	0	0	0	-

Índice de divulgação dos indicadores de desempenho nos relatórios de gestão/atividades da Universidade de Aveiro para os anos 2010, 2011, 2012 e 2013

Universidade de Aveiro	Relatório de gestão e contas/atividades			
	Ano			
	2010	2011	2012	2013
Indicadores Obrigatórios				
a relação padrão pessoal docente/estudante				
número de pessoal docente	1	1	1	1
número de estudantes	1	1	1	0
a relação padrão pessoal docente/pessoal não docente				
número de pessoal docente	1	1	1	1
número de pessoal não docente	1	1	1	1
incentivos à qualificação do pessoal docente e não docente				
disponibilização de novas tecnologias	1	1	1	1
ações de mobilidade	0	0	0	0
formação	1	1	1	1
master-classes	1	0	0	1
conferências	1	1	1	1
colóquio/fórum/congresso	1	0	0	1
os indicadores de qualidade do pessoal docente de cada instituição				
docentes com doutoramento	0	0	0	0
avaliação do desempenho docente				
ensino				
inquérito	0	0	0	0
resultados obtidos pelos estudantes	0	0	0	0
cargos de gestão	0	0	0	0
investigação				
publicações por docente	0	0	0	0
revistas/artigos	0	0	1	1
livros	0	0	0	0
capítulos de livros	0	0	0	0
criação cultural	1	1	1	1
os indicadores de eficiência pedagógica dos cursos				
número de departamento	1	1	1	0
número de cursos	0	0	0	0
% diplomados	0	0	0	0
taxa de colocação	1	1	1	0
taxa de retenção	0	0	0	0
taxa de aprovação	0	0	0	1
taxa de emprego	0	0	0	0
os indicadores de eficiência científica dos cursos de mestrado e doutoramento				
número de mestrados	0	0	0	0
número de doutorados	0	0	0	0
os indicadores de eficiência de gestão das instituições				
liquidez				
liquidez geral	1	1	1	1
liquidez imediata	1	1	1	1
estrutura financeira	1	1	1	1
endividamento				
autonomia financeira	1	1	1	1
solvabilidade	1	1	1	1
rentabilidade				
rentabilidade do Ativo Líquido	1	1	1	1
rentabilidade dos Capitais Próprios	1	1	1	1
a classificação de mérito resultante da avaliação do curso/instituição				
prestígio/média curso	0	0	0	0
custo por aluno	0	0	0	0
taxa de sucesso escolar	0	0	1	1
a estrutura orçamental, traduzida na relação entre despesas de pessoal e outras despesas de funcionamento				
custos com pessoal	1	1	1	1
outros fornecimentos e serviços externos	1	1	1	1
a classificação de mérito das unidades de investigação				
número de publicações por docente	0	0	0	0
número de publicações totais	0	1	1	1
Indicadores voluntários				
Localização geográfica	0	0	0	0
Patentes	1	1	1	1
Ranking	0	0	1	1

Índice de divulgação dos indicadores de desempenho nos relatórios de gestão/atividades da Universidade da Beira Interior para os anos 2010, 2011, 2012 e 2013

Universidade da Beira Interior	Relatório de gestão e contas/atividades			
	Ano			
	2010	2011	2012	2013
Indicadores Obrigatórios				
a relação padrão pessoal docente/estudante				
número de pessoal docente	-	1	-	-
número de estudantes	-	1	-	-
a relação padrão pessoal docente/pessoal não docente				
número de pessoal docente	-	1	-	-
número de pessoal não docente	-	1	-	-
incentivos à qualificação do pessoal docente e não docente				
disponibilização de novas tecnologias	-	1	-	-
ações de mobilidade	-	1	-	-
formação	-	1	-	-
master-classes	-	0	-	-
conferências	-	1	-	-
colóquio/fórum/congresso	-	0	-	-
os indicadores de qualidade do pessoal docente de cada instituição				
docentes com doutoramento	-	0	-	-
avaliação do desempenho docente				
ensino				
inquérito	-	0	-	-
resultados obtidos pelos estudantes	-	0	-	-
cargos de gestão	-	0	-	-
investigação				
publicações por docente	-	0	-	-
revistas/artigos	-	0	-	-
livros	-	0	-	-
capítulos de livros	-	0	-	-
criação cultural	-	1	-	-
os indicadores de eficiência pedagógica dos cursos				
número de departamento	-	1	-	-
número de cursos	-	1	-	-
% diplomados	-	0	-	-
taxa de colocação	-	0	-	-
taxa de retenção	-	0	-	-
taxa de aprovação	-	0	-	-
taxa de emprego	-	0	-	-
os indicadores de eficiência científica dos cursos de mestrado e doutoramento				
número de mestrados	-	0	-	-
número de doutorados	-	0	-	-
os indicadores de eficiência de gestão das instituições				
liquidez				
liquidez geral	-	1	-	-
liquidez imediata	-	1	-	-
estrutura financeira	-	1	-	-
endividamento				
autonomia financeira	-	1	-	-
solvabilidade	-	1	-	-
rentabilidade				
rentabilidade do Ativo Líquido	-	1	-	-
rentabilidade dos Capitais Próprios	-	1	-	-
a classificação de mérito resultante da avaliação do curso/instituição				
prestígio/média curso	-	0	-	-
custo por aluno	-	1	-	-
taxa de sucesso escolar	-	0	-	-
a estrutura orçamental, traduzida na relação entre despesas de pessoal e outras despesas de funcionamento				
custos com pessoal	-	1	-	-
outros fornecimentos e serviços externos	-	1	-	-
a classificação de mérito das unidades de investigação				
número de publicações por docente	-	0	-	-
número de publicações totais	-	0	-	-
Indicadores voluntários				
Localização geográfica	-	0	-	-
Patentes	-	1	-	-
Ranking	-	0	-	-

Índice de divulgação dos indicadores de desempenho nos relatórios de gestão/atividades da Universidade de Coimbra para os anos 2010, 2011, 2012 e 2013

Universidade de Coimbra	Relatório de gestão e contas/atividades			
	Ano			
	2010	2011	2012	2013
Indicadores Obrigatórios				
a relação padrão pessoal docente/estudante				
número de pessoal docente	1	1	1	1
número de estudantes	1	1	1	1
a relação padrão pessoal docente/pessoal não docente				
número de pessoal docente	1	1	1	1
número de pessoal não docente	1	1	1	1
incentivos à qualificação do pessoal docente e não docente				
disponibilização de novas tecnologias	1	0	1	0
ações de mobilidade	1	1	1	1
formação	1	1	1	1
master-classes	0	0	0	0
conferências	1	1	1	1
colóquio/fórum/congresso	1	1	1	1
os indicadores de qualidade do pessoal docente de cada instituição				
docentes com doutoramento	1	1	1	1
avaliação do desempenho docente				
ensino				
inquérito	1	0	0	0
resultados obtidos pelos estudantes	0	0	0	0
cargos de gestão	0	0	0	0
investigação				
publicações por docente	1	1	1	0
revistas/artigos	1	0	0	0
livros	1	0	0	0
capítulos de livros	0	0	0	0
criação cultural	1	1	1	1
os indicadores de eficiência pedagógica dos cursos				
número de departamento	1	1	1	1
número de cursos	1	1	1	1
% diplomados	1	1	1	1
taxa de colocação	1	1	1	1
taxa de retenção	0	0	0	0
taxa de aprovação	0	0	0	0
taxa de emprego	0	0	1	0
os indicadores de eficiência científica dos cursos de mestrado e doutoramento				
número de mestrados	1	1	1	1
número de doutorados	1	1	1	1
os indicadores de eficiência de gestão das instituições				
liquidez				
liquidez geral	1	1	1	1
liquidez imediata	1	1	1	1
estrutura financeira	1	1	1	1
endividamento				
autonomia financeira	1	1	1	1
solvabilidade	1	1	1	1
rentabilidade				
rentabilidade do Ativo Líquido	1	1	1	1
rentabilidade dos Capitais Próprios	1	1	1	1
a classificação de mérito resultante da avaliação do curso/instituição				
prestígio/média curso	1	0	0	0
custo por aluno	0	0	0	0
taxa de sucesso escolar	0	0	0	0
a estrutura orçamental, traduzida na relação entre despesas de pessoal e outras despesas de funcionamento				
custos com pessoal	1	1	1	1
outros fornecimentos e serviços externos	1	1	1	1
a classificação de mérito das unidades de investigação				
número de publicações por docente	1	1	1	0
número de publicações totais	1	1	1	0
Indicadores voluntários				
Localização geográfica	0	0	0	0
Patentes	1	1	1	1
Ranking	1	1	1	1

Índice de divulgação dos indicadores de desempenho nos relatórios de gestão/atividades da Universidade de Évora para os anos 2010, 2011, 2012 e 2013

Universidade de Évora	Relatório de gestão e contas/atividades			
	Ano			
	2010	2011	2012	2013
Indicadores Obrigatórios				
a relação padrão pessoal docente/estudante				
número de pessoal docente	1	1	1	1
número de estudantes	1	1	1	1
a relação padrão pessoal docente/pessoal não docente				
número de pessoal docente	1	1	1	1
número de pessoal não docente	1	1	1	1
incentivos à qualificação do pessoal docente e não docente				
disponibilização de novas tecnologias	1	1	1	1
ações de mobilidade	1	1	1	1
formação	1	1	1	1
master-classes	0	0	0	0
conferências	1	1	1	1
colóquio/fórum/congresso	1	1	1	1
os indicadores de qualidade do pessoal docente de cada instituição				
docentes com doutoramento	1	0	0	0
avaliação do desempenho docente				
ensino				
inquérito	1	1	0	0
resultados obtidos pelos estudantes	0	0	0	0
cargos de gestão	0	0	0	0
investigação				
publicações por docente	0	0	0	0
revistas/artigos	0	1	1	1
livros	0	1	1	1
capítulos de livros	0	1	1	1
criação cultural	1	1	1	1
os indicadores de eficiência pedagógica dos cursos				
número de departamento	1	1	1	1
número de cursos	1	1	1	1
% diplomados	1	1	1	1
taxa de colocação	1	1	1	1
taxa de retenção	0	0	0	0
taxa de aprovação	1	1	1	1
taxa de emprego	0	0	0	0
os indicadores de eficiência científica dos cursos de mestrado e doutoramento				
número de mestrados	1	1	1	1
número de doutorados	1	1	1	1
os indicadores de eficiência de gestão das instituições				
liquidez				
liquidez geral	1	1	1	0
liquidez imediata	1	1	1	0
estrutura financeira	1	1	1	0
endividamento				
autonomia financeira	1	1	1	0
solvabilidade	1	1	1	0
rentabilidade				
rentabilidade do Ativo Líquido	1	1	1	0
rentabilidade dos Capitais Próprios	1	1	1	0
a classificação de mérito resultante da avaliação do curso/instituição				
prestígio/média curso	0	0	0	0
custo por aluno	0	0	0	0
taxa de sucesso escolar	1	1	1	1
a estrutura orçamental, traduzida na relação entre despesas de pessoal e outras despesas de funcionamento				
custos com pessoal	1	1	1	1
outros fornecimentos e serviços externos	1	1	1	1
a classificação de mérito das unidades de investigação				
número de publicações por docente	0	0	0	0
número de publicações totais	1	1	1	1
Indicadores voluntários				
Localização geográfica	0	1	0	0
Patentes	1	1	1	1
Ranking	0	0	0	0

Índice de divulgação dos indicadores de desempenho nos relatórios de gestão/atividades da Universidade de Lisboa para os anos 2010, 2011, 2012 e 2013

Universidade de Lisboa	Relatório de gestão e contas/atividades			
	Ano			
	2010	2011	2012	2013
Indicadores Obrigatórios				
a relação padrão pessoal docente/estudante				
número de pessoal docente	-	-	-	1
número de estudantes	-	-	-	1
a relação padrão pessoal docente/pessoal não docente				
número de pessoal docente	-	-	-	1
número de pessoal não docente	-	-	-	1
incentivos à qualificação do pessoal docente e não docente				
disponibilização de novas tecnologias	-	-	-	-
ações de mobilidade	-	-	-	1
formação	-	-	-	1
master-classes	-	-	-	-
conferências	-	-	-	1
colóquio/fórum/congresso	-	-	-	1
os indicadores de qualidade do pessoal docente de cada instituição				
docentes com doutoramento	-	-	-	-
avaliação do desempenho docente				
ensino				
inquérito	-	-	-	-
resultados obtidos pelos estudantes	-	-	-	-
cargos de gestão	-	-	-	-
investigação				
publicações por docente	-	-	-	-
revistas/artigos	-	-	-	1
livros	-	-	-	-
capítulos de livros	-	-	-	-
criação cultural	-	-	-	1
os indicadores de eficiência pedagógica dos cursos				
número de departamento	-	-	-	1
número de cursos	-	-	-	1
% diplomados	-	-	-	1
taxa de colocação	-	-	-	1
taxa de retenção	-	-	-	-
taxa de aprovação	-	-	-	-
taxa de emprego	-	-	-	-
os indicadores de eficiência científica dos cursos de mestrado e doutoramento				
número de mestrados	-	-	-	1
número de doutorados	-	-	-	1
os indicadores de eficiência de gestão das instituições				
liquidez				
liquidez geral	-	-	-	1
liquidez imediata	-	-	-	1
estrutura financeira	-	-	-	1
endividamento				
autonomia financeira	-	-	-	1
solvabilidade	-	-	-	1
rentabilidade				
rentabilidade do Ativo Líquido	-	-	-	1
rentabilidade dos Capitais Próprios	-	-	-	1
a classificação de mérito resultante da avaliação do curso/instituição				
prestígio/média curso	-	-	-	-
custo por aluno	-	-	-	-
taxa de sucesso escolar	-	-	-	-
a estrutura orçamental, traduzida na relação entre despesas de pessoal e outras despesas de funcionamento				
custos com pessoal	-	-	-	1
outros fornecimentos e serviços externos	-	-	-	1
a classificação de mérito das unidades de investigação				
número de publicações por docente	-	-	-	-
número de publicações totais	-	-	-	1
Indicadores voluntários				
Localização geográfica	-	-	-	-
Patentes	-	-	-	1
Ranking	-	-	-	1

Índice de divulgação dos indicadores de desempenho nos relatórios de gestão/atividades da Universidade da Madeira para os anos 2010, 2011, 2012 e 2013

Universidade da Madeira	Relatório de gestão e contas/atividades			
	Ano			
	2010	2011	2012	2013
Indicadores Obrigatórios				
a relação padrão pessoal docente/estudante				
número de pessoal docente	1	1	1	-
número de estudantes	1	1	1	-
a relação padrão pessoal docente/pessoal não docente				
número de pessoal docente	1	1	1	-
número de pessoal não docente	1	1	1	-
incentivos à qualificação do pessoal docente e não docente				
disponibilização de novas tecnologias	0	0	0	-
ações de mobilidade	1	1	1	-
formação	0	1	0	-
master-classes	0	0	0	-
conferências	0	0	0	-
colóquio/fórum/congresso	0	0	0	-
os indicadores de qualidade do pessoal docente de cada instituição				
docentes com doutoramento	0	0	0	-
avaliação do desempenho docente				
ensino				
inquérito	0	0	0	-
resultados obtidos pelos estudantes	0	0	0	-
cargos de gestão	0	0	0	-
investigação				
publicações por docente	0	0	0	-
revistas/artigos	0	0	0	-
livros	0	0	0	-
capítulos de livros	0	0	0	-
criação cultural	0	0	0	-
os indicadores de eficiência pedagógica dos cursos				
número de departamento	1	1	1	-
número de cursos	1	1	1	-
% diplomados	0	0	0	-
taxa de colocação	0	0	0	-
taxa de retenção	0	0	0	-
taxa de aprovação	0	0	0	-
taxa de emprego	0	0	0	-
os indicadores de eficiência científica dos cursos de mestrado e doutoramento				
número de mestrados	0	0	0	-
número de doutorados	0	0	0	-
os indicadores de eficiência de gestão das instituições				
liquidez				
liquidez geral	1	1	1	-
liquidez imediata	1	1	1	-
estrutura financeira	1	1	1	-
endividamento				
autonomia financeira	1	1	1	-
solvabilidade	1	1	1	-
rentabilidade				
rentabilidade do Ativo Líquido	1	1	1	-
rentabilidade dos Capitais Próprios	1	1	1	-
a classificação de mérito resultante da avaliação do curso/instituição				
prestígio/média curso	0	0	0	-
custo por aluno	0	0	0	-
taxa de sucesso escolar	0	0	0	-
a estrutura orçamental, traduzida na relação entre despesas de pessoal e outras despesas de funcionamento				
custos com pessoal	1	1	1	-
outros fornecimentos e serviços externos	1	1	1	-
a classificação de mérito das unidades de investigação				
número de publicações por docente	0	0	0	-
número de publicações totais	0	0	0	-
Indicadores voluntários				
Localização geográfica	0	0	0	-
Patentes	0	0	0	-
Ranking	0	0	0	-

Índice de divulgação dos indicadores de desempenho nos relatórios de gestão/atividades da Universidade do Minho para os anos 2010, 2011, 2012 e 2013

Universidade do Minho	Relatório de gestão e contas/atividades			
	Ano			
	2010	2011	2012	2013
Indicadores Obrigatórios				
a relação padrão pessoal docente/estudante				
número de pessoal docente	1	1	1	1
número de estudantes	1	1	1	1
a relação padrão pessoal docente/pessoal não docente				
número de pessoal docente	1	1	1	1
número de pessoal não docente	1	1	1	1
incentivos à qualificação do pessoal docente e não docente				
disponibilização de novas tecnologias	1	1	0	1
ações de mobilidade	1	1	1	1
formação	1	1	1	1
master-classes	1	1	0	0
conferências	1	1	0	1
colóquio/fórum/congresso	1	1	0	1
os indicadores de qualidade do pessoal docente de cada instituição				
docentes com doutoramento	1	1	1	1
avaliação do desempenho docente				
ensino				
inquérito	1	1	0	1
resultados obtidos pelos estudantes	0	0	0	0
cargos de gestão	1	1	1	1
investigação				
publicações por docente	1	1	0	1
revistas/artigos	1	1	1	1
livros	1	1	1	1
capítulos de livros	1	1	1	1
criação cultural	1	1	1	1
os indicadores de eficiência pedagógica dos cursos				
número de departamento	1	1	1	1
número de cursos	1	1	1	1
% diplomados	1	1	1	1
taxa de colocação	1	1	1	1
taxa de retenção	0	0	0	0
taxa de aprovação	0	0	0	0
taxa de emprego	0	0	0	0
os indicadores de eficiência científica dos cursos de mestrado e doutoramento				
número de mestrados	1	1	1	1
número de doutorados	1	1	1	1
os indicadores de eficiência de gestão das instituições				
liquidez				
liquidez geral	1	1	1	1
liquidez imediata	1	1	1	1
estrutura financeira	1	1	1	1
endividamento				
autonomia financeira	1	1	1	1
solvabilidade	1	1	1	1
rentabilidade				
rentabilidade do Ativo Líquido	1	1	1	1
rentabilidade dos Capitais Próprios	1	1	1	1
a classificação de mérito resultante da avaliação do curso/instituição				
prestígio/média curso	0	0	0	0
custo por aluno	0	0	0	0
taxa de sucesso escolar	0	0	0	0
a estrutura orçamental, traduzida na relação entre despesas de pessoal e outras despesas de funcionamento				
custos com pessoal	1	1	1	1
outros fornecimentos e serviços externos	1	1	1	1
a classificação de mérito das unidades de investigação				
número de publicações por docente	1	1	0	1
número de publicações totais	1	1	1	1
Indicadores voluntários				
Localização geográfica	0	0	0	0
Patentes	1	1	1	1
Ranking	0	0	1	1

Índice de divulgação dos indicadores de desempenho nos relatórios de gestão/atividades da Universidade Nova de Lisboa para os anos 2010, 2011, 2012 e 2013

Universidade Nova de Lisboa	Relatório de gestão e contas/atividades			
	Ano			
	2010	2011	2012	2013
Indicadores Obrigatórios				
a relação padrão pessoal docente/estudante				
número de pessoal docente	1	1	1	1
número de estudantes	1	1	1	1
a relação padrão pessoal docente/pessoal não docente				
número de pessoal docente	1	1	1	1
número de pessoal não docente	1	1	1	1
incentivos à qualificação do pessoal docente e não docente				
disponibilização de novas tecnologias	1	1	1	1
ações de mobilidade	1	1	1	1
formação	1	1	1	1
master-classes	0	0	0	0
conferências	1	1	1	1
colóquio/fórum/congresso	0	0	1	1
os indicadores de qualidade do pessoal docente de cada instituição				
docentes com doutoramento	0	0	0	0
avaliação do desempenho docente				
ensino				
inquérito	0	0	0	0
resultados obtidos pelos estudantes	0	0	0	0
cargos de gestão	1	1	1	1
investigação				
publicações por docente	1	1	1	1
revistas/artigos	1	1	1	1
livros	1	1	1	1
capítulos de livros	1	1	1	1
criação cultural	1	1	1	1
os indicadores de eficiência pedagógica dos cursos				
número de departamento	1	1	1	1
número de cursos	1	1	1	1
% diplomados	1	1	1	1
taxa de colocação	1	1	1	1
taxa de retenção	0	0	0	0
taxa de aprovação	1	1	1	1
taxa de emprego	1	1	1	1
os indicadores de eficiência científica dos cursos de mestrado e doutoramento				
número de mestrados	1	1	1	1
número de doutorados	1	1	1	1
os indicadores de eficiência de gestão das instituições				
liquidez				
liquidez geral	1	0	0	1
liquidez imediata	1	0	0	1
estrutura financeira	1	0	0	1
endividamento				
autonomia financeira	1	0	0	1
solvabilidade	1	0	0	1
rentabilidade				
rentabilidade do Ativo Líquido	1	0	0	1
rentabilidade dos Capitais Próprios	1	0	0	1
a classificação de mérito resultante da avaliação do curso/instituição				
prestígio/média curso	0	0	0	0
custo por aluno	0	0	0	0
taxa de sucesso escolar	0	0	0	0
a estrutura orçamental, traduzida na relação entre despesas de pessoal e outras despesas de funcionamento				
custos com pessoal	1	1	1	1
outros fornecimentos e serviços externos	1	1	1	1
a classificação de mérito das unidades de investigação				
número de publicações por docente	1	1	1	1
número de publicações totais	1	1	1	1
Indicadores voluntários				
Localização geográfica	0	0	0	0
Patentes	1	1	0	0
Ranking	1	1	1	1

Índice de divulgação dos indicadores de desempenho nos relatórios de gestão/atividades da Universidade Nova do Porto para os anos 2010, 2011, 2012 e 2013

Universidade de Porto	Relatório de gestão e contas/atividades			
	Ano			
	2010	2011	2012	2013
Indicadores Obrigatórios				
a relação padrão pessoal docente/estudante				
número de pessoal docente	1	1	1	1
número de estudantes	1	1	1	1
a relação padrão pessoal docente/pessoal não docente				
número de pessoal docente	1	1	1	1
número de pessoal não docente	1	1	1	1
incentivos à qualificação do pessoal docente e não docente				
disponibilização de novas tecnologias	1	1	1	1
ações de mobilidade	1	1	1	1
formação	1	1	1	1
master-classes	0	0	0	0
conferências	1	1	1	1
colóquio/fórum/congresso	0	0	1	1
os indicadores de qualidade do pessoal docente de cada instituição				
docentes com doutoramento	0	0	0	1
avaliação do desempenho docente				
ensino				
inquérito	0	1	1	1
resultados obtidos pelos estudantes	0	0	0	0
cargos de gestão	0	0	0	1
investigação				
publicações por docente	0	0	0	1
revistas/artigos	1	0	0	0
livros	1	1	0	0
capítulos de livros	1	1	0	0
criação cultural	1	1	1	1
os indicadores de eficiência pedagógica dos cursos				
número de departamento	1	1	1	1
número de cursos	0	0	0	0
% diplomados	1	1	1	1
taxa de colocação	1	1	1	1
taxa de retenção	0	0	0	0
taxa de aprovação	0	0	1	1
taxa de emprego	0	0	1	1
os indicadores de eficiência científica dos cursos de mestrado e doutoramento				
número de mestrados	1	1	1	1
número de doutorados	1	1	1	1
os indicadores de eficiência de gestão das instituições				
liquidez				
liquidez geral	1	1	1	1
liquidez imediata	1	1	1	1
estrutura financeira	1	1	1	1
endividamento				
autonomia financeira	1	1	1	1
solvabilidade	1	1	1	1
rentabilidade				
rentabilidade do Ativo Líquido	1	1	1	1
rentabilidade dos Capitais Próprios	1	1	1	1
a classificação de mérito resultante da avaliação do curso/instituição				
prestígio/média curso	0	0	0	0
custo por aluno	0	0	0	0
taxa de sucesso escolar	0	0	0	0
a estrutura orçamental, traduzida na relação entre despesas de pessoal e outras despesas de funcionamento				
custos com pessoal	1	1	1	1
outros fornecimentos e serviços externos	1	1	1	1
a classificação de mérito das unidades de investigação				
número de publicações por docente	0	0	0	1
número de publicações totais	1	1	1	1
Indicadores voluntários				
Localização geográfica	0	0	0	0
Patentes	1	1	1	1
Ranking	1	1	1	1

Índice de divulgação dos indicadores de desempenho nos relatórios de gestão/atividades da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro para os anos 2010, 2011, 2012 e 2013

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	Relatório de gestão e contas/atividades			
	Ano			
	2010	2011	2012	2013
Indicadores Obrigatórios				
a relação padrão pessoal docente/estudante				
número de pessoal docente	1	1	1	1
número de estudantes	1	1	1	1
a relação padrão pessoal docente/pessoal não docente				
número de pessoal docente	1	1	1	1
número de pessoal não docente	1	1	1	1
incentivos à qualificação do pessoal docente e não docente				
disponibilização de novas tecnologias	1	1	1	1
ações de mobilidade	1	1	1	1
formação	1	1	1	1
master-classes	0	0	0	0
conferências	1	1	1	0
colóquio/fórum/congresso	0	1	1	1
os indicadores de qualidade do pessoal docente de cada instituição				
docentes com doutoramento	1	1	1	1
avaliação do desempenho docente				
ensino				
inquérito	0	1	0	1
resultados obtidos pelos estudantes	0	0	0	0
cargos de gestão	1	0	0	0
investigação				
publicações por docente	0	1	0	1
revistas/artigos	1	1	1	1
livros	1	1	1	1
capítulos de livros	1	1	1	1
criação cultural	1	1	1	1
os indicadores de eficiência pedagógica dos cursos				
número de departamento	1	1	1	1
número de cursos	1	1	1	1
% diplomados	0	1	1	1
taxa de colocação	0	1	1	1
taxa de retenção	0	0	0	0
taxa de aprovação	0	0	0	0
taxa de emprego	0	0	0	1
os indicadores de eficiência científica dos cursos de mestrado e doutoramento				
número de mestrados	0	1	1	1
número de doutorados	0	1	1	1
os indicadores de eficiência de gestão das instituições				
liquidez				
liquidez geral	0	0	1	0
liquidez imediata	0	0	1	0
estrutura financeira	0	0	1	0
endividamento				
autonomia financeira	0	0	1	0
solvabilidade	0	0	1	0
rentabilidade				
rentabilidade do Ativo Líquido	0	0	1	0
rentabilidade dos Capitais Próprios	0	0	1	0
a classificação de mérito resultante da avaliação do curso/instituição				
prestígio/média curso	0	0	0	0
custo por aluno	0	0	0	0
taxa de sucesso escolar	1	1	0	1
a estrutura orçamental, traduzida na relação entre despesas de pessoal e outras despesas de funcionamento				
custos com pessoal	1	1	1	1
outros fornecimentos e serviços externos	1	1	1	1
a classificação de mérito das unidades de investigação				
número de publicações por docente	0	1	0	1
número de publicações totais	1	1	1	1
Indicadores voluntários				
Localização geográfica	0	0	0	0
Patentes	1	1	1	1
Ranking	0	0	0	0

ANEXO 2

Dados para os cálculos das variáveis independentes para o ano 2010

Indicador es \ Universidade	Aberta	Algarve	Aveiro	Coimbra	Évora	Madeira	Minho	Nova de Lisboa	Porto	Trás-os-Montes
Número de alunos	12.085,00	9.546,00	15.000,00	22.873,00	9.926,00	3.255,00	17.880,00	19.121,00	38.541,00	7.808,00
Número de vagas preenchidas	-	104,80%	95,00%	99,30%	85,30%	113,60%	92,70%	97,00%	100,00%	118,20%
Financiamento										
Orçamento do Estado	13.264.447,96	43.250.233,58	65.664.336,00	98.093.306,00	40.496.138,00	14.817.239,76	68.608.990,00	82.557.094,00	138.231.000,00	35.548.273,00
Outras fontes de financiamento	10.480.114,62	16.875.337,23	51.225.895,00	112.548.500,00	13.268.673,00	8.094.836,56	68.455.114,00	63.713.031,00	157.746.000,00	16.593.004,98
Ranking										
http://www.webometrics.info/en/Previous_editions	0	0	0	1	0	0	1	0	1	0
http://www.timeshighereducation.co.uk/world-university-rankings/	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Dados para os cálculos das variáveis independentes para o ano 2011

Indicador es \ Universidade	Aberta	Algarve	Aveiro	Coimbra	Évora	Madeira	Minho	Nova de Lisboa	Porto	Trás-os-Montes
Número de alunos	12.051,00	9.708,00	15.100,00	24.594,00	8.948,00	3.545,00	18.497,00	19.161,00	39.785,00	7.994,00
Número de vagas preenchidas	-	65,00%	85,00%	96,02%	78,00%	93,60%	93,20%	96,10%	100,00%	81,95%
Financiamento										
Orçamento do Estado	10.744.185,00	36.733.296,81	52.089.117,00	86.112.681,00	36.330.323,00	11.693.378,00	66.702.704,40	72.222.330,00	126.113.000,00	32.151.392,00
Outras fontes de financiamento	10.419.340,89	15.585.353,19	58.914.287,00	78.428.144,00	13.433.657,00	5.080.656,00	37.922.318,00	64.246.066,00	166.094.000,00	18.519.291,09
Ranking										
http://www.webometrics.info/en/Previous_editions	0	0	0	1	0	0	1	1	1	0
http://www.timeshighereducation.co.uk/world-university-rankings/	0	0	1	1	0	0	0	0	1	0

Dados para os cálculos das variáveis independentes para o ano 2012

Indicador es \ Universidade	Aberta	Algarve	Aveiro	Coimbra	Évora	Madeira	Minho	Nova de Lisboa	Porto	Trás-os-Montes
Número de alunos	9.444,00	8.630,00	14.100,00	23.669,00	8.238,00	3.311,00	18.769,00	19.080,00	38.608,00	7.264,00
Número de vagas preenchidas	-	68,20%	86,00%	92,91%	96,50%	85,10%	97,00%	94,70%	98,50%	90,00%
Financiamento										
Orçamento do Estado	8.710.803,00	30.705.476,38	39.672.664,00	67.489.145,00	29.032.138,00	9.313.656,00	56.421.744,00	57.626.029,00	99.453.000,00	24.955.259,96
Outras fontes de financiamento	9.311.604,61	14.523.473,44	66.143.216,00	80.800.754,00	14.013.513,00	5.569.182,00	45.037.835,00	64.033.962,00	179.962.000,00	16.736.744,39
Ranking										
http://www.webometrics.info/en/Methodology	0	0	0	1	0	0	1	1	1	0
http://www.timeshighereducation.co.uk/world-university-rankings/	0	0	1	0	0	0	1	0	1	0

Dados para os cálculos das variáveis independentes para o ano 2013

Indicadores \ Universidade	Aberta	Aveiro	Coimbra	Évora	Minho	Nova de Lisboa	Porto	Trás-os-Montes
Número de alunos	9.309,00	13.909,00	22.067,00	7.094,00	19.087,00	19.501,00	30.822,00	7.079,00
Número de vagas preenchidas	-	88,80%	88,93%	88,90%	85,30%	92,20%	97,00%	81,00%
Financiamento								
Orçamento do Estado	10.057.384,00	47.027.030,00	81.008.907,00	32.555.517,00	56.081.180,00	64.109.581,00	117.498.709,00	29.686.079,00
Outras fontes de financiamento	6.248.558,28	61.057.231,00	78.290.296,00	19.779.676,00	61.934.292,00	65.621.177,00	112.045.384,00	18.727.099,53
Ranking								
http://www.webometrics.info/en/Methodology	0	0	1	0	1	1	1	0
http://www.timeshighereducation.co.uk/world-university-rankings/	0	0	0	0	1	0	1	0